



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

11

ATA N.º 33/XIII-2º/2021-25

1 - Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas 20H30, no Auditório da Escola Secundária do Monte de Caparica, sito na rua 25 de Abril, na Freguesia de Caparica em Almada, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia;

3 - Período da Ordem do Dia (Continuação...)

3.1 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2022”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2022”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Demonstrações Financeira e Orçamentais – ano de 2022”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2023”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2023 e Anos Seguintes (SMAS)”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências área da saúde – Proposta de assinatura de Auto de transferência”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concurso Público de concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na Avenida 23 de Julho, Laranjeiro”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento do Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais Domésticas e Industriais”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardo (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), Luis Daniel Valverde Jacinto (CDU), Paula Maria Galvão (PSD), Inês Pezarat Bom (BE); Karim Hassam Quintino (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), Luisa Maria Galvão (PS), Arminda Maria Capitão Palhais (PS) por impedimentos de Catarina Isabel Paulino (PS), José António Lino Craveiro (PS), Alexandra Cláudia Vasco Serra (PS), Ana Cláudia Dias Ribeiro (PS), Filipe Alexandre das Neves Passos (PS), Alina Moscovciuc (PS), Eduardo de Sousa Magalhães da Costa (PS); António Paulo Júnior (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); Aurora Maria dos Santos Moreira (PSD) por impedimento de Luis Pedro Amado Pinto Durão (PSD), Sónia Raquel Mota Faria (PSD) e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD), Irina Cristina da Costa Tricamegy (CDS-PP), Gilberto Alexandre Ferreira Peixoto (Aliança) e João Carlos da Silva Jorge Antunes (PSD); Pedro Miguel Celestino Pereira (BE) e Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Paulo Ricardo Figueiredo; a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Pedro Eixa dos Santos.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, do Vereador Nuno Matias, do Senhor Vereador José Luís Bucho.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Município Francis Seleck.

5.1.1 – O Senhor Município Francis Seleck:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou Francis Seleck, membro da Direção da Associação Cultural O Mundo do Espetáculo.

A nossa Associação está desde o final de 2021, a dinamizar o antigo Museu da Música Filarmónica. Com um projeto de criação e formação artística, dirigido a artistas profissionais, e a toda a comunidade do Concelho.

Neste âmbito, realizamos uma média de 400 sessões de trabalho por ano, que incluem workshops especializados, oficinas para famílias, crianças e jovens, ensaios, laboratórios de criação e performance entre outros. Estas 400 sessões de trabalho foram devidamente elencadas num documento que enviamos à Câmara Municipal.

Acolhemos atividade em parceria com a DGARTES, Juntas de Freguesias, Casa da Cerca, Plano Nacional das Artes, Plano Nacional da Leitura, Instituto de Desporto e Juventude, Escolas, Santa Casa da Misericórdia, Centro de Arqueologia de Almada, Festival Sementes, e muitas outras entidades não vos maçar com uma lista exaustiva.

Para continuar este trabalho, na próxima temporada e podermos garantir a sustentabilidade aos artistas e aos nossos projetos, temos de procurar financiamento. E por isso, é premente de ter da parte da Câmara Municipal, uma garantia formal de estabilidade do espaço. Sem isso, nada feito.

O edifício que dinamizamos neste momento, está numa zona estratégica para revitalização da parte antiga da cidade e que para a sua polivalência, adapta-se às linguagens artísticas, experimentais e cruzamentos disciplinares.



Apesar de não ser muito grande, temos conseguido adaptar estas atividades às suas características. Utilizamos o 1º andar como estúdio de gravação de música e sempre que possível estendemos as atividades ao exterior. Convém também realçar, que investimos na manutenção e no melhoramento do edifício.

Houve formações em teatro, artes visuais, dança, comunicação, mediação cultural, numa política de continuidade e contemporaneidade. Passaram por eles centenas de crianças, jovens e adultos do Concelho e não só.

Quero reforçar que a Associação Cultural O Mundo do Espetáculo, se assume como estrutura capaz de gerir este equipamento, não só para os nossos projetos, mas também como recurso para artistas profissionais que necessitam de um espaço estável para desenvolver os seus projetos.

Dito isso, e sem falsa modéstia, acho que oferecemos um serviço público de qualidade e que estamos a fazer um bom trabalho que merece continuação.

Para isso, é urgente termos uma conversa com a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que já foi pedida por email em vários telefonemas, aos quais anda não tivemos resposta.

Muito obrigado pela vossa atenção e esperamos por vocês na rua Capitão Leitão.”

5.2 - Em resposta ao Senhor Município, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à pergunta do Senhor Francis Seleck, que muito agradeço e agradeço a sua intervenção. Quero só dar nota que a Câmara Municipal conhece e reconhece, o trabalho do Mundo do Espetáculo, a razão pela qual estão onde estão. Como sabem, estão no antigo Museu da Música Filarmónica, que houve um compromisso assumido que se iria transformar numa casa do associativismo.

Portanto, quando O Mundo do Espetáculo foi para lá, foi nesta condição de que seria transitório para nos dar tempo para encontrar outro espaço. Sabemos naturalmente, que aquele espaço é um espaço privilegiado e queríamos fazer de facto, uma casa do associativismo até por estar ladeada de duas grandes centenárias, as duas maiores centenárias do nosso Concelho.

Dito isto, também ficou combinado desde o início, que em conjunto, a Câmara Municipal com O Mundo do Espetáculo, procuraria outro espaço alternativo, uma vez que continuamos com a antiga Escola Conde Ferreira, onde O Mundo do Espetáculo estava anteriormente, ocupado com o Centro Paroquial de Cacilhas, que é um problema que se tem arrastado, e que estamos neste momento em conversações justamente com o Centro Paroquial e com a Segurança Social para ver se aqui também há alguma solução.

Portanto, não há da parte da Câmara Municipal, nenhuma decisão gora intempestiva ou de não renovar e sabemos bem a importância que tem para estas Associações Culturais terem um lugar fixo. E foi por essa razão que em 2021, eu acolhi O Mundo do Espetáculo e disse que não queria espaços vazios e continuo a não querer espaços vazios quando há associações culturais que precisam do espaço e foi decidido ali, que O Mundo do Espetáculo iria ocupar aquele espaço. E as condições disso eram claras. Eu neste momento, não tenho comigo qualquer prazo e terei todo o gosto de receber e naturalmente recebo. Agora, o que eu tenho estado a pedir é se há hipóteses alternativas, é porque também não queremos deixar cair aquele que era o projeto inicial para aquele espaço que era a casa do associativismo.

Portanto, sem pressas, sem urgências, mas lembrar que aquela instalação sempre foi provisória, eu não tenho dúvidas da qualidade e do muito trabalho que têm feito e que não haja dúvida que é uma das associações muito relevantes do nosso Concelho, até porque é um conjunto de uma série de outras associações e, portanto, tem imensas valências. E inclusivamente, também sei o quanto têm participado naquela dinamização da Capitão Leitão que muito nos agrada e não me esqueço das palavras que vos disse, usem também a estrada que foi pedonalizada, como o vosso próprio espaço também para dinamizar aquilo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, não há aqui nem obstinação, nem precipitação, há sim, um relembrar. Eu percebo que vocês precisem de um espaço definitivo, aquele supostamente não era para ser definitivo, a não ser que haja um consenso de mudança absoluta do projeto que estava previsto e mudar completamente. Mas aí temos que ponderar de uma outra forma e tem que ser uma decisão que poderemos tomar, face ao vosso pedido agora, até em reunião de vereadores, se há consenso para desistir da casa do associativismo, como deve imaginar não é uma decisão muito fácil.

Eu não tenho estado nas conversações com os serviços, não quero estar a ir para além daquilo que eles vos podem ter dito, agora, há um grande consenso a esse nível. Mas acho que é importante uma Associação como O Mundo do Espetáculo e a Câmara Municipal está cá também para vos ajudar, que possam começar a pensar numa possibilidade de espaço definitivo. Porque de facto, não só reconheço como sei o facto que dizem que é importante ter uma morada.”

6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia (continuação ...).

6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

6.1.1 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Pedro Miguel Pereira (PS), Daniel Alexandre Silva (PS), João Eduardo Geraldês (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Pedro Maco (CDS-PP), António Francisco Salgueiro (PSD), o Senhor Vereador Filipe Pacheco e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra para terminar a intervenção que fiz ontem e não a terminei ontem de propósito porque queria hoje dar os parabéns à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Informação da Atividade Municipal que está esplanada neste documento, que são 233 páginas, é muita atividade, tem qualidade e queria felicita-la por isso. E queria só dizer-lhe que fiquei muito agradado com o projeto que é o modelo de investimento em eficiência energética e energias renováveis para o edificado da Câmara Municipal. Acho que está no bom caminho, já lho tinha dito pessoalmente, e agora, digo publicamente, muitos parabéns e continuação de um bom trabalho. “

6.1.1.2 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nesta informação trimestral, além do que já foi aqui dito pelo meu colega de bancada, gostaria de acrescentar a melhoria do monumento de água ou monumento ao associativismo popular no Feijó junto ao Complexo dos Desportos, que os almadenses já mereciam, já mereciam que lhes fosse devolvido o seu esplendor e que este executivo não descansou até o fazer.

Mas igualmente, as intervenções urgentes no Complexo dos Desportos no Feijó. Já se encontrando pintado o edifício, o telhado melhorado e também os balneários. Mas se hoje, temos de facto tantos problemas como este e outros equipamentos municipais, deve-se à falta de investimento por parte dos anteriores executivos da CDU. Este executivo tem mesmo batalhado incansavelmente, para modernizar os espaços municipais de desporto. E relativamente às piscinas municipais, é importante continuar a trabalhar para se resolver o problema e devolve-las o quanto antes, com qualidade à população.

Aqui também, permitam-me uma palavra sobre o Centro de Saúde do Feijó, ontem e muito bem assinalado pelo Deputado Municipal Luis Palma. Estamos de acordo sobre a urgência da sua construção. O PS aliás, tem-se batido incansavelmente, para que este Centro de Saúde seja uma realidade. E, portanto, estamos contentes com as palavras aqui deixadas pela Vereadora Teodolinda Silveira, do avanço do projeto.



71

Mas importa que também, a Junta de Freguesia contribua para a melhoria do acesso aos cuidados de saúde, designadamente, através do Balcão SNS que recordei, foi uma proposta do PS na Assembleia das Freguesias de Laranjeiro Feijó, e que foi aprovada mesmo com os votos contra da CDU.

Portanto, não basta apenas exigirem da Câmara Municipal que faça mais, à Junta também se exige mais e melhor e têm que agora a oportunidade de implementar a proposta aprovada do PS. Portanto, o PS e a Câmara Municipal, estão empenhados na luta pela construção do Centro de Saúde no Feijó e a Câmara Municipal está a trabalhar para isso.

O PS continua todos os dias a trabalhar para Almada e para todos os almadenses.”

6.1.1.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaríamos de começar por colocar algumas questões gerais acerca da forma como a Informação sobre a Atividade Municipal, nos é apresentada.

A Informação sobre a Atividade Municipal, prestada neste documento, integra listagens e atividades nas diferentes áreas de atividade, que com frequência se repetem em diferentes unidades orgânicas. Esta realidade confunde a leitura, dificultando uma informação sintetizada, sistemática e global e uma apreciação global das atividades realizadas.

Relativamente às obras municipais, por exemplo, sentimos a necessidade da informação que permita perceber em que áreas de intervenção, habitação municipal, educação, cultura, desporto, vias, espaço verdes e/ou outras e em que Freguesias se desenvolvem projetos, procedimentos concursais, execuções de projetos, obras, fase de obras, lançamento de procedimentos de obras em curso, obras terminadas, obras com concurso deserto, e as verbas envolvidas pelo procedimento.

Seria também muito útil, que fosse incluída uma apreciação global de síntese do trabalho desenvolvido em cada uma das áreas de intervenção.

Quanto à informação sobre as questões de gestão urbanística, seria fundamental, para além dos dados fornecidos que são sem dúvida importantes, incluir uma avaliação crítica do estado do conjunto dos processos em desenvolvimento, dos avanços e dos atrasos significativos nas respostas aos requerentes, questão aliás, que tem vindo a ser colocada nesta Assembleia Municipal, por diversos intervenientes, no período dedicado à intervenção dos municípios.

Relativamente a questões concretas deste documento.

Na página 81, no ponto 2, que se refere à ação “Consolidar e Adequar o conjunto do IGT em vigor e em elaboração, o ponto 2 refere: relativamente ao Plano de Urbanização Almada Nascente – PUAN, procedeu-se ao desenvolvimento do estudo base para a revisão da estratégia de planeamento territorial da Margueira. A questão que colocamos é a seguinte: considerando que existe um plano de urbanização aprovado e que está em vigor, o qual pensamos que, face ao tempo já decorrido sobre a sua aprovação, naturalmente deverá ser objeto de avaliação, de análise, de estudo e eventual alteração, gostaríamos de saber quais os pressupostos para o desenvolvimento deste estudo de base, para a revisão de estratégia de planeamento territorial da Margueira, e quando pensa a Câmara Municipal informar a Assembleia Municipal, sobre esse trabalho.

Na página 82 do documento, no ponto referente ao Planeamento Estratégico de Gestão e Ordenamento, no ponto 1, Projetos Municipais Estratégicos, refere-se o Projeto de Requalificação do Eixo Central de Almada, informando que se assegurou o prolongamento do estudo do Largo 1º de Maio, a rotunda do Centro Sul à rotunda norte da Avenida Bento Gonçalves, com o respetivo aditamento ao programa preliminar para a requalificação da totalidade do Eixo Central de Almada. E se assegurou igualmente, a preparação da integração do projeto “Coolife”, no programa preliminar, visando a preparação e formatação do respetivo procedimento do concurso a lançar? Gostaríamos que fossem detalhadas as linhas orientadoras para o lançamento deste concurso designadamente, o que se pretende exatamente alterar, com base em que pressupostos, qual o



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

território exato abrangido por essas alterações, se a opção será criar mais espaços para as pessoas ou privilegiar o automóvel, se estão considerados corredores verdes?

Na mesma página do documento e logo abaixo, refere-se à requalificação do Eixo Turístico-Cultural Cacilhas-Cristo Rei, ZAAC de Almada Velha. O que gostaríamos que fosse detalhado nesta informação sobre a Atividade Municipal, era precisamente, a apresentação do programa preliminar desta intervenção, como se afirma no documento, foi concretizada junto do executivo da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Santa Casa da Misericórdia e Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal. Informação que não consta deste documento. O que gostaríamos de saber, pelo menos, é o que se propõe fazer neste quadro.

Mas à frente, na página 94 do documento, é referido que se encontra em preparação o programa preliminar para o concurso de concessão para os Mercados Municipais de Almada e Costa da Caparica. Gostaríamos de conhecer as linhas orientadoras deste programa preliminar, numa área tão importante como os Mercados Municipais, e a sua relevância no quadro da economia local.

Na mesma página, é referida a intenção de implementar uma nova estratégia de comunicação e promoção dos mercados, referenciada como marca Mercados de Almada. Perguntamos qual a estratégia definida para esta ação, como será concretizada, quando será concretizada, e quais os mercados abrangidos?

Não consta desta informação, mas colocamos nós a questão.

Chegou ao conhecimento da CDU, que ocorreu há algumas semanas, um incêndio de dimensões apreciáveis em residências precárias e clandestinas na zona da Penajoia, junto ao Bairro do Matadouro no Pragal. Sabemos que desse incêndio resultou o desalojamento de um número não determinado com rigor de pessoas, fala-se em 6, fala-se em 10 ou até mais pessoas, que ocupavam as habitações precárias diríamos mesmo mais que precárias, construídas naquele local. Em visita ao local, foi igualmente possível perceber, que aquele local é utilizado para descargas de entulhos diversos, descargas claramente ilegais, que se multiplicam sem qualquer controlo. Verificamos inclusivamente, a existência de uma situação destas junto à Estação de Tratamento de Águas Residuais do Valdeão, situação que não pode deixar de causar profunda surpresa por se registar mesmo nas barbas de um equipamento municipal.

As questões que colocamos, Senhora Presidente, são as seguintes:

Primeiro, tem a Câmara Municipal conhecimento do crescimento de habitações precárias e clandestinas, que tudo indica estar-se a verificar em ritmo acelerado em área da Penajoia? Em caso afirmativo, que medidas adotou já ou pensa adotar, para conter aquilo que parece ser um fenómeno em franco crescimento naquele local? E já agora, se a Câmara Municipal conhece a situação das pessoas desalojadas pelo incêndio que referimos, se estão referenciadas e se estão de alguma forma a serem acompanhadas pelo Município?

A segunda questão prende-se com o entulho depositado naquela zona e também junto à ETAR do Valdeão e é saber que medidas o Município adotou ou pensa adotar, para remover esse entulho dos locais em que se encontra neste momento ilegalmente depositado?

Finalmente Senhora Presidente, chegou igualmente ao conhecimento da CDU, por informação de um município do Concelho, a persistência de uma situação de insegurança e insalubridade, registada nalgumas edificações existentes na zona da Romeira, Cova da Piedade, que estão a ser utilizadas de forma abusiva para diversos fins? A questão que colocamos é se a Câmara Municipal tem conhecimento desta situação e se já dotou ou pensa adotar, alguma medida para sanar os incómodos que esta situação parece estar a provocar junto dos residentes naquela área do Concelho?"

6.1.1.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido CHEGA traz mais uma vez, o assunto dos transportes. Passado quase um ano, coletei à cobertura da rede TML versos o que foi desenhado. Qual a percentagem real de falhas de carreira, relativamente ao



71

funcionamento? Como está a implementação de carreiras e horários prometido e anunciado, com o ano escolar a aproximar-se do fim? Finalmente, já foram acauteladas as carreiras necessárias para que as crianças de Almada consigam chegar às aulas a horas, sem terem de se levantar às 6H00 da manhã, como aconteceu durante meses no Porto Brandão? Qual a data prevista para a completa implementação do sistema da Carris Metropolitana?

Já foi promovida ou incentivada a sinergia entre o barco da Transtejo Trafaria e Porto Brandão, com a rede TML? Para quando uma iniciativa real entre todos os meios de transporte existentes em Almada, barco, metro, comboios, autocarros, de forma a criar sinergias nos terminais comuns, em benefício de todos os munícipes de Almada? Eles não merecem menos.

Durante a discussão da Carta Educativa, em que participamos com diversas propostas, ficou a ideia de que iria ser iniciado um estudo de criação de mais uma Escola Secundária na Charneca de Caparica Sobreda, como está esta Situação? Iniciou-se algum estudo?

Aproveitamos ainda para questionar como está a situação da Escola Maria Rosa Colaço, no Feijó, como é que está o processo?

Como e quando se prevê a resolução da Escola Básica do Alfeite? As crianças continuam a ter que passar por um barco na parede? Já reportamos isto 2 a 3 vezes em diversos fóruns e os encarregados de educação continuam a circular por uma estrada que parece quase um campo de tiro, tal o estado da sua degradação. Algumas destas situações perduram anos, este executivo continua sem soluções?

Tivemos a oportunidade de falar pessoalmente do edifício devoluto da rua Febo Moniz, no Laranjeiro, durante o direito da oposição. Edifício este, que aparentemente se encontrava esquecido pelo executivo até à questão do CHEGA. O mesmo já foi recuperado? Qual será a sua utilização?

Consegue garantir que não existe mais nenhum património da Câmara Municipal igualmente esquecido e sem destino?

Como está a implementação da videovigilância do Parque da Paz? Para quando a criação de mais projetos semelhantes?

Última questão. Estranhámos com a deslocação dos membros do Governo ao Concelho de Almada, que a proposta do CHEGA e do PS, da Travessia do Tejo Trafaria/Algés por túnel, não ter sido falada. O Governo não apoia a proposta? A proposta do PS Almada foi recusada pelo Governo? É mais uma que fica esquecida na gaveta?"

6.1.1.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP aproveita para colocar algumas questões que têm a ver com este ponto da ordem do dia.

A Comissão eventual criada para o acompanhamento do desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão, reuniu a semana passada com uma Associação, a Associação do Curió, e aquilo que vimos, foi que Senhora Presidente, depois da intervenção aquele espaço continua sem dignificar aquilo que demonstra neste momento, que é um conjunto de entulho, e com certeza a Senhora Presidente como deverá calcular, não abona em nome da saúde nem sequer da imagem que devemos dar ao Concelho. Portanto, a questão que eu coloco é: para quando a remoção daqueles escombros que ali estão ainda entulhados?

Depois, Senhora Presidente, foi feita uma obra e bem, a obra que foi feita ao longo das praias da Costa da Caparica, que caminha para as praias do Sul, mas o que é certo é que, e ainda bem que houve mais afluência de pessoas, ainda bem que houve mais gente, mas o que é certo, é que parece que não tem corrido bem. E sabemos que não é a Senhora Presidente que vai lá estacionar, sabemos também que há pessoas que estacionam de forma abusiva, mas Senhora Presidente, eu alerto que tem que haver um controlo e aquilo que eu pergunto é o que é que tem sido feito para precaver esta mesma situação, se efetivamente a Senhora Presidente teve conhecimento ou não do estacionamento abusivo nomeadamente, na ciclovia, e como deve calcular aquilo a nível de segurança torna-se bastante complicado ou poder-se-á tornar bastante complicado em caso de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

problemas maiores. E, portanto, a questão que o CDS coloca é se a Senhora Presidente teve conhecimento? Como é que está a pensar resolver? Há fiscalização? comunicou com a GNR, qual é o ponto da situação?

Depois, relativamente ainda a outra questão que tem a ver também com a 6ª Comissão.

A 6ª Comissão vai reunir para a semana com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, que tem a ver com a questão do Pórtico da A33 e também poderá ser levada a questão relativamente às portagens na Ponte 25 de Abril. Eu relembro que na Câmara Municipal foi apresentada pelo o PSD e votado por unanimidade, inclusivamente pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, portanto, uma benesse para os almadenses a nível das portagens, Senhora Presidente, o que é que nos pode adiantar mais relativamente a esta posição? A Câmara Municipal está a preparar algum desenvolvimento do Governo, para que essa medida possa ser implementada? Tem outras propostas ou a Senhora Presidente entende ou não que, mais uma vez, esta forma de taxar os almadenses é ou não conveniente prosseguir no futuro? Qual a posição da Câmara Municipal sobre estas matéria?

Depois, uma última questão que tem a ver com o ranking da Bloom Consulting para 2022. Almada perde 9 posições, normalmente o índice tem a ver com a competitividade, tem a ver com o turismo e tem a ver com os negócios. E só para dar um exemplo, a nível de negócios desce 10 posições, na área do turismo, passa da posição 21 para a 27, e sai do top 25. Senhora Presidente, como é que nós podemos reverter estes números? Qual é a estratégia que a Câmara Municipal tem para desenvolver o Concelho nomeadamente na área da economia, o turismo, e também na parte do laser?

Para terminar e já foi aqui falado, foi apresentado também pela Senhora Presidente, mais pelo Governo, os terrenos da Margueira, um grande projeto, quando é que a Senhora Presidente pensa apresentar esse mesmo projeto aos almadenses e à Assembleia Municipal, para que fiquemos com a certeza de que não é mais uma operação de charme e propaganda por parte do Governo e também da Senhora Presidente.”

6.1.1.6 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para responder à bancada do Partido Socialista, na intervenção que o Senhor Deputado Municipal Daniel Silva, aqui fez há pouco.

Só para lhe recordar e para esclarecer todos um pouco da história do que foi a luta pela construção do Centro de Saúde, foi uma luta que envolveu eleitos e populações, movimento associativo, comunidade educativa, cidadãos em nome individual naturalmente, e outros com responsabilidade na altura, neste Concelho e, portanto, que surgiu de uma petição onde se recolheram várias assinaturas e que tiveram a possibilidade de se tornar numa petição apresentada na Assembleia Municipal onde surgiram 3 propostas de 3 forças políticas, o Partido Comunista Português, o Partido Ecologista Os Verdes e o Bloco de Esquerda, que foram à Sessão Plenária e que foram aprovadas da Esquerda à Direita, pasme-se com a abstenção do Partido Socialista. E vem agora aqui o Partido Socialista, menos preocupado pensamos nós, pela intervenção que aqui tiveram com a possibilidade de resolução entre o Governo e a Câmara Municipal de Almada que neste momento são governadas pelo Partido Socialista, não os vejo com a mesma energia a defender a construção do Centro de Saúde quando vêm depois defender algo que dá por nome de Balcão do Serviço Nacional de Saúde 24, que mais não é uma não resolução e, portanto, é um atirar de poeira para os olhos e não resolvem os problemas em concreto.

Aliás, no Distrito de Setúbal, onde também há várias Juntas do Partido Socialista, penso que só apenas uma em todo o Distrito, por acaso acho que do Partido Socialista é que aderiu a este balcão e é preciso nós explicarmos o que é este balcão, infelizmente não teremos tempo, mas é algo que também poe aqui em causa a privacidade dos próprios utentes e o que nós devemos sim, é apostar na construção do Centro de Saúde do Feijó como de outros neste Concelho, como também já aqui ontem foi falado e apenas aquilo que nos trouxeram aqui ontem, não foi a construção, foi mais uma vez falarem-nos num layout que nós ainda nem temos conhecimento desse desenho e do que está previsto. Aliás, desafiava-vos e já estão com tanto empenho nesta matéria, porque não, dar uso ao Centro de Saúde da Trafaria e aí sim, também colocá-lo ao serviço dos utentes.”



6.1.1.7 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Atividade Municipal desenvolvida pela Câmara Municipal hoje em apreciação, iremos destacar algumas das principais ações desenvolvidas nos pelouros atribuídos ao PSD, no período de fevereiro e março de 2023.

Assim, no que respeita aos espaços verdes, viveiros municipais e cemitérios, elaboraram-se diversos pareceres técnicos sobre várias operações de loteamento e pedidos de informação prévia, em colaboração com os diferentes Departamentos da Câmara Municipal.

Foram também elaborados diversos contributos para o Guia de Boas Práticas, para a questão do arvoredo urbano proposto pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas.

Foi adjudicada a empreitada de requalificação do Jardim Dr. Alberto Araújo.

Iniciou-se a empreitada de requalificação no Parque da Juventude em Almada e foi desenvolvida a proposta para a Praça de Ceuta, na Cova da Piedade, tendo como objetivo a organização do estacionamento e a criação de condições de acessibilidade, estadia e ensombramento para os cidadãos, tendo ainda o objetivo de dignificar a Capela ali existente.

Relativamente ao Parque Urbano do Pragal, concluiu-se o projeto para o lançamento da empreitada relativa ao reforço da arborização, a implementação da iluminação LED, e mais zonas de estadias.

Realizou-se o estudo prévio para requalificação do parque de estacionamento do Chegadoinho do Parque da Paz.

Relativamente à videovigilância no Parque da Paz, realizou-se há 2 semana reunião com a PSP e com a Secretária-geral do Ministério da Administração Interna, em que foram solicitados novos elementos para apensar ao processo, essa documentação encontra-se atualmente em preparação.

Continuam os trabalhos de inventariação do arvoredo urbano, sendo que na Freguesia do Pragal se procedeu à validação de mais de 250 árvores, tendo em vista a sua caracterização e registo no sistema de informação geográfica, e sendo ainda identificados vários exemplares com interesse para classificação.

Em articulação o Departamento de Comunicação, encontram-se em preparação elementos informativos sobre espécies arbóreas e icónicas e mais representativas no Concelho, para efeitos de divulgação junto da população.

Relativamente ao Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em meio Urbano, encontra-se em faz final de auscultação, nos diversos serviços internos da Câmara Municipal, para emissão de contributos.

No que toca ao serviço cemiterial, foi apresentado o estudo prévio para a realização do projeto de instalação da nova vedação de proteção do cemitério de Almada, com a criação do Miradouro e espaço de estadia.

Realizaram-se contactos informais tendo em vista a criação do memorial ao espaço de despedida enquanto elementar pública para o cemitério de Vale Flores. Em Vale Flores, executaram-se ainda estudos de sinalética direcionada e informativa, tendo em vista reduzir a circulação automóvel.

Continuaram-se os trabalhos de manutenção e conservação de espaço verdes e reposição de saibre em campas abatidas.

Relativamente ao turismo, organizamos a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorreu na FIL nos Parque das Nações, e preparam-se as regras para a edição de 2023, do concurso gastronómico “Sabores de Almada”.

No âmbito da candidatura Almada Turismo mais sustentável, desenvolveram-se diversas atividades tendo em vista a criação de conteúdos para a edição de brochura relacionada com roteiros de visita, através de recurso à realidade virtual, realidade aumentada Gamification.

Realizaram-se ainda diversas vistorias, unidades de alojamento local, em conjunto com o Departamento de Administração Urbanística.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Na área dos mercados, preparou-se o programa preliminar para o concurso de ideias, concessão dos Mercados Municipais de Almada e da Costa de Caparica e suas envolventes, respetivamente, Praça do Comércio e Praça da Liberdade.

Encontrando-se também em preparação e em colaboração com o Departamento de Comunicação uma nova estratégia e promoção dos Mercados com a marca “Mercados de Almada.

Concluíram-se as obras das instalações sanitárias para os operadores do Mercado de Almada, instalaram-se portas automáticas no Mercado da Costa da Caparica.

Desenvolveu-se o procedimento para aquisição dos serviços de gestão da Feira de Levante do Feijó para o corrente ano.

No que se refere ao Serviço Municipal de Meteorologia, concluíram-se diversos procedimentos aquisitivos de material tendo em vista as funções de aferidor e também a adjudicação de aplicação informática para a realização dessas atribuições.”

6.1.1.8 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para responder ao Senhor Deputado Municipal Luis Palma, sobre esta matéria do Centro de Saúde do Feijó, porque efetivamente, o PS está empenhado na construção desta obra, porque se assim não fosse, essa mesma obra não estaria incluída no Plano de Recuperação e Resiliência PRR, e além disso, aqui lembrar que o Balcão SNS 24, tem provas demonstradas de norte a sul do país e inclusivamente, Juntas de Freguesia lideradas pela CDU, também tem como é o caso de Carnide, por exemplo. Portanto, esta é uma realidade da melhoria do acesso das populações, porque ninguém pode ficar para trás no acesso a estas questões.

Sobre a questão da luta da população e bem, e da petição que aqui trouxe e que obviamente, muitos camaradas do Partido Socialista onde eu me incluo, também estiveram a apoiar essa petição e também a assinaram e efetivamente, essa petição pecou também pelo timing em que chegou ao Parlamento. Mas não vamos tapar aqui o sol com a peneira e a verdade é esta: o Centro de Saúde do Feijó tem que avançar, a Câmara Municipal está a trabalhar nesse sentido, tudo fará para que isso aconteça e a Junta pode e deve também trabalhar nesse sentido e tem aqui uma oportunidade com o Balcão SNS 24.”

6.1.1.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou tentar ser breve e tentar responder ao máximo de questões, embora sejam muitas e vou fazer de forma muito sucinta.

Agradecer naturalmente, as palavras do Senhor Deputado Municipal Pedro Pereira.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Municipal Daniel Silva, dar nota sim, já estamos em testes finais para a inauguração do monumento ao associativismo, foi uma obra complexa, com grande participação da própria artista, que é algo que nós termos insistido para que possa ser feito pelos próprios artistas, essa questão.

Relativamente ao Centro de Saúde do Feijó, eu penso que aliás a Senhora Vice-Presidente já ontem respondeu, eu não vou entrar em querelas antigas, o que eu posso dizer é que estava no programa do PS em 2017 a construção do Centro de saúde do Feijó, portanto, pelo menos nos últimos 6 anos posso garantir que tem sido uma luta do PS e é de facto, graças à descentralização de competências e ao PRR que este projeto vai avançar. Ainda bem que há lutas, ainda bem que há petições, uma coisa é certa, quando chega a hora de fazer, normalmente é o PS que faz.

Agora, relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês. O Senhor Deputado João Geraldês tem claramente problemas de memória.



Em primeiro lugar, já foi mais do que avisado, variadíssimas vezes que o PUAN ia ser objeto de revisão. Eu até me lembro de um debate com o Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas, na altura Presidente, já na altura eu dizia, essa revisão do PUAN é feita e penso até que foi a Câmara Municipal que disse que foi feito um protocolo com a Baía do Tejo para que essa revisão fosse feita em conjunto. O que aqui está é um pré projeto que já foi entregue que nós queríamos ver inserido no projeto do Arco Ribeirinho Sul, que já que me pergunta, é um projeto que nos parece muito interessante, uma nova dinâmica, onde há um compromisso claro por parte do Governo, para todos os terrenos que são geridos pela Baía do Tejo, ao nível da despoluição dos terrenos e da nossa parte para além da despoluição, temos a preocupação dos estudos de consolidação daquele território e já agora fazer os estudos que não fizeram no PUAN, apesar dos custos astronómicos que a Câmara Municipal pagou pelo PUAN. Por exemplo, nunca houve um estudo de mobilidade e por isso é que o projeto do Brejo tem entrada, mas não tem saída, o túnel do Brejo.

Portanto, terei toda o gosto e naturalmente irá a Câmara Municipal e seguirá o trajeto normal a revisão do projeto.

O que eu acho mais extraordinário é que quando pergunta do eixo central desde do Centro Sul, é verdade, quando nós fizemos uma sessão especial para apresentação do Plano Climático de Almada a CDU não esteve presente. Mas estava lá o projeto. E quando foi levado a reunião de Câmara a candidatura também estava lá o projeto. Mas os senhores de facto, como não estavam lá, como não vão às reuniões que são chamadas especificamente para o caso, até estava desenhos e tudo, que são pré projetos. Agora é preciso lançar o verdadeiro projeto mais completo. Mas intenções, e como sabem, já falamos várias vezes que é, por um lado nas 2 grandes praças que são os pontos mais quentes do Município de ter uma obra de requalificação que possa baixar a temperatura, temos estado com dias escaldantes, acho que toda a gente percebe isso, e depois naturalmente, fazer de forma faseada. Houve um primeiro projeto que já foi muito debatido no mandato anterior e que foi suspenso justamente porque há outras preocupações que se colocaram nomeadamente, do ponto de vista ambiental e aliás, foi esse pré projeto que foi apresentado à candidatura que foi apresentada do Life que aliás, Almada saiu vitoriosa e é uma candidatura de 3.000.000.00€ (três milhões de euros). Mas não é o projeto definitivo, é exatamente como se apresenta nas candidaturas e, portanto, terei todo o gosto em partilhar. O Senhor Deputado Municipal João Geraldês que também é o coordenador do Grupo de Vereadores da CDU, mas eu acho que tenta fazer de conta que não é a mesma pessoa. Portanto, tem umas informações pelos vereadores depois chega aqui e já não se lembra do que coordenou.

Relativamente, ao incêndio do Bairro do Matadouro, naturalmente, que estivemos todos à corrente, estivemos todos em alerta, houve uma atuação coordenada desde a Proteção Civil aos serviços sociais, todas as pessoas foram atendidas. Depois tanto os serviços da Senhora Vereadora Francisca Parreira, como os serviços do Senhor Vereador Filipe Pacheco como os serviços da Vice-Presidente, na questão do apoio social, até no âmbito das novas competências, o atendimento de primeira linha é nosso e, portanto, foi feito de imediato.

Em relação à criação de novos núcleos, está a ser criada justamente com a fiscalização, estamos a criar grupos multidisciplinares para ir visitar todos esses locais, é algo que eu já disse publicamente, e é algo que nos preocupa muito seriamente e certamente que a crise da habitação contribui muito para isso.

Da mesma forma a insegurança e salubridade na Romeira, é um velho problema, tem lá ido regulamentar a fiscalização, as forças de segurança, mas nós sabemos que, temos que lá ir constantemente e enquanto aquela zona não for reabilitada, há uma tendência, aliás, lembram-se certamente que nós demolimos uma série de ruínas que ali estavam e que veio minimizar um pouco, mas agora é noutro sítio.

Relativamente à questão dos transportes o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, não sei quais são as crianças que continuam sem autocarros, aliás, a instalação foi muito perturbada, mas felizmente, na zona das escolas conseguimos assegurar desde o início o transporte.

Na nova Escola Secundária da Charneca de Caparica é também um compromisso, estamos a finalizar a Carta Educativa, porque pode haver ali redefinições que desde que se crie uma verdadeira resposta Secundária na Charneca de Caparica e estamos a aguardar isso.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A obra da Maria Rosa colação, está a decorrer, eu penso que aliás, a Senhora Vice-Presidente o referiu ontem.

A Febo Moniz, o projeto está finalizado, vamos lançar a obra de reabilitação. E, portanto, não estivemos à espera do CHEGA para nos lembrarmos que havia a Febo Moniz.

A videovigilância teve por fim, o parecer positivo das entidades nacionais pelo que nos foi informado, mas nós ainda não temos esse ofício, penso que já foi enviado aqui para Almada, mas tivemos sempre dependentes dessa aprovação pelo Governo.

A Nova Travessia, garanto-lhe que não será esquecida, não tenho por habito desistir dos projetos em que acredito, é um projeto fulcral para Almada, eu acredito que é um projeto fulcral para a Área Metropolitana e, portanto, continua a estar da minha parte sempre na ordem do dia, com a consciência que de facto, não depende do Município porque não temos jurisdição sobre o Rio.

Relativamente às questões do Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, naturalmente tenho conhecimento do estacionamento abusivo na ciclovia, temos estado em articulação com as forças de segurança, penso que houve uma operação ontem, pelo menos já ouvi reclamações de quem foi multado, portanto, deve ter sido eficaz essa questão. Agora, aproveito esta pergunta para apelar ao civismo das pessoas e que naturalmente, seremos totalmente intransigentes contra a obstrução daquela ciclovia mas mais do que uma ciclovia, é sobretudo uma via de segurança e foi com essas dimensões que foi criada e, portanto, apelo mesmo ao civismo e neste caso, não apenas ao civismo dos almadenses, que eu acho que até a maioria dos casos nem sequer são almadenses, são pessoas que naturalmente vêm de toda a Área Metropolitana usufruir das nossas belas praias. Portanto, é bom que se habituem que não podem estacionar ali o carro e agradeço às forças de segurança estarem em articulação connosco e com a WEMOB, para sermos muito firmes nessa questão porque é preciso mesmo dizer que aquilo não é um espaço de estacionamento e, portanto, os carros serão mesmo multados e rebocados de forma pesada.

A Estratégia para o Turismo. Há uma questão que é certa, uma das estratégias fundamentais, uma das maiores carências que nós temos para o desenvolvimento turístico do nosso Município, acho que todos nós temos consciência por exemplo, a pouquíssima resposta hoteleira que temos. A Câmara Municipal não constrói hotéis, o que nós temos feito é, focarmo-nos muito naquilo que é a apresentação, daquilo que são as prioridades de Almada, a criação de respostas hoteleiras. Temos vários projetos em curso desde o Asilo 28 de Maio, mas não é apenas, temos vários projetos em curso, outro na Trafaria, que infelizmente, por causa de um parecer da APL começou por ser chumbado, agora em princípio já vai avançar outra vez. Eu tenho protestado muito com estas entidades, que acham que são donas e senhoras do território, dão pareceres que impossibilitam, já tivemos esse problema com a Agência Portuguesa do Ambiente, temos esses problemas com a APL, impossibilitam esses investimentos, mas depois não têm que dar satisfações a ninguém, portanto, aqui denuncio veementemente, eu continuo a dizer aquilo que disse desde o primeiro dia, quem deve dirigir o território são os autarcas democraticamente eleitos. Portanto, sobre essa matéria não tenho a menor dúvida. E estas identidades devem ser entidades para apoiar os autarcas e não são grandes inquisidores. Portanto, que seja clara esta posição. Há quem recorra a elas para tentar bloquear politicamente desenvolvimentos e melhorias do espaço, mas isso são águas passadas e acho que toda a gente reconhece as benfeitorias que foram feitas.

Em relação ao Mercado. Foi a reunião de Câmara ainda na semana passada, os dois projetos para os novos regulamentos, temos que fazer os regulamentos todos, uns têm que ser refeitos, outros nem sequer existiam, e, portanto, estamos com esse trabalho mais uma vez de sapa, é construir mesmo uma casa, nalguns casos é estranho mas de facto, a casa não tinha fundações e temos estado a trabalhar a esse nível com grande afinco, quando chegar a altura, um regulamento vai sempre para consulta pública, eu acho que ficará clara toda a estratégia do Município para, por exemplo, neste caso para os mercados.

Por fim, o Centro de Saúde da Trafaria, Dizer Senhor Deputado Luis Palma, se há coisa que a transferência de competências permitiu, é que aquele edifício passasse para a Câmara Municipal. E o Estado não vai abrir ali um novo Centro de Saúde, já o disse há anos, mas nós Município, vamos poder criar ali respostas de saúde que não substituem um Centro de Saúde, porque o grande Centro de Saúde que vai ser criado na Costa da Caparica, vai



permitir justamente, ter melhor serviço para mais pessoas, , temos vários projetos nomeadamente, com HGO, para hospitalização domiciliária, podemos fazer pequenos postos de atendimento, nem que seja para aquela questão de rotina, para as pessoas mais velhas poderem fazer visitas de rotina. E, portanto, é o Município a assumir responsabilidades, porque assim como nós assumimos as responsabilidades no âmbito da transferência de competências, não temos dúvidas que não nos confundimos com o Estado, não minimizamos a pressão sobre aquilo que o Governo tem que fazer, e por isso, o Centro de Saúde da Costa da Caparica também tem que ser uma realidade, mas sim, sabemos que podemos criar respostas alternativas municipais:”

6.1.1.20 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo às questões que o PAN me colocou ainda durante o dia de ontem.

O fogo de artifício com ruído. Na verdade, nos concursos que a Câmara Municipal lança de pirotecnia, já faz menção objetiva à moção que foi aprovada aqui na Assembleia Municipal, e até na proposta que foi escolhida para realizar o fogo, diz lá mesmo que a empresa se compromete a minimizar o ruído. E, portanto, neste caso, foram escolhidas peças de fogo de pirotecnia de dimensão mais reduzida, de menor barulho, mas há aqui algo que é incontornável, que é: é impossível fazermos pirotecnia sem barulho. Portanto, acho que a questão de fundo é perceber se queremos continuar a fazer pirotecnia ou não nestes eventos

Relativamente à questão das matilhas. Nós estamos a acompanhar todas as matilhas, nomeadamente, a dos Capuchos, neste momento temos um plano delineado principalmente para o verão, relativamente às matilhas das praias, estamos a iniciar muito brevemente uma campanha principalmente na zona das Terras da Costa, onde temos identificado, que é proveniência de vários animais que depois dão origem às matilhas que aparecem na zona das praias, com campanha de chipagem, vacinação contra a raiva. Lembrar também, que no passado dia 2 de fevereiro, reunimos a subcomissão de bem-estar animal, onde delineamos também um grupo restrito de trabalho, para responder de forma concertada ao problema das matilhas, envolvendo aqui Câmara Municipal, GNR e ICNF, Polícia Marítima, e este grupo de trabalho ficou de entregar um relatório neste caso liderado pelo ICNF.

Para terminar eram duas questões. Uma relativamente ao ponto da situação de denúncias, está marcada uma reunião até para a semana com o PAN, para analisar cada uma das denúncias que tem sido feita, porque nós queremos responder a cada uma delas e assim será feito, acho que temos tentado fazer um esforço para isso mesmo e relativamente ao cheque veterinário, temos uma proposta de regulamento elaborada, já fechada e contamos trazer-la a breve prazo.

Uma última nota para o estacionamento de forma abusivo, que foi falado, na estrada das praias da Costa da Caparica. Tem existido e existiram agora nos dias 24 e 25 de abril, ações de fiscalização coordenadas entre a GNR e também a WEMOB, mas acima de tudo, aquilo que nós também tentamos, em conjunto com WEMOB e Câmara Municipal, é atuar acima de tudo na sensibilização e, portanto, ao longo desta via, aquilo que faremos é também colocar sinalética a alertar, a sensibilizar também, todos aqueles que passam, que esta é uma via também de segurança tem que esta desimpedida, há coimas associadas para o estacionamento naquele lugar e, portanto, atuaremos acima de tudo pela sensibilização.

Uma última questão que o Deputado Municipal José Rocha colocou, relativamente à questão da habitação municipal na rua Luis de Camões, Bloco C, nós temos o problema perfeitamente identificado, aliás, ainda esta semana estiveram equipas a fazer o desentupimento crítico das canalizações, mas acima de tudo neste momento já foi feita um procedimento interno para análise de todas as canalizações de habitação municipal nesta rua, são problemas profundos de infiltrações sucessivas em vários andares, que depois desta inspeção lançaremos procedimento urgente para a sua resolução e, portanto estamos com o problema perfeitamente identificado e a tentar resolver-lo.”

6.1.1.21 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente à questão do incêndio da Quinta de Penajoia.

Dar conta que neste momento ao nível da reorganização da fiscalização, a fiscalização tem sinalizados fiscais e grupos temáticos para intervenção nestes territórios deprimidos e estão a ser promovidas ações multidisciplinares ao nível de todo o Concelho, porque sabemos que não é só esta área, que é uma área deprimida, sensível, que tem construções de fraca qualidade, com gente a viver, que existem infelizmente pelo Concelho de Almada. Portanto, haverá intervenções multidisciplinares que reunirão diferentes serviços da Câmara Municipal, nomeadamente, o Serviço Municipal de Proteção Civil, a Fiscalização e o próprio DIS a Intervenção Social, para podermos naturalmente, identificar quem está nestes territórios e depois a seguir ao nível do planeamento promover as soluções.”

6.1.1.22 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu estive aqui a hesitar durante algum tempo se pedia a palavra ou não, mas não resisto em agradecer à Senhora Presidente da Câmara, as respostas e as não respostas que aqui nos deu às questões que colocamos.

Nós sabemos que a Senhora Presidente, lida mal com o confronto de ideias, lida mal com as perguntas que lhe fazemos. Mas agradecer as respostas que aqui nos deu, se deu noutros locais tanto melhor, é um problema da Senhora Presidente, porque nós na Assembleia Municipal é que nos importa que as questões que colocamos sejam respondidas. Portanto, nós iremos continuar a colocar as questões à Senhora Presidente e esperamos que a senhora Presidente diligentemente, continue a responder às questões que vamos aqui colocar.”

6.2 – Entrou-se nos pontos 3.2, 3.3 e 3.4 da agenda, relativos à apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2022”, “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2022”, “Relatório e Demonstrações Financeiras e Orçamentais – ano de 2022”;

6.2.1 – Usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e Ivan Costa Gonçalves (PS) para Interpelações à Mesa nos termos do nº 1, do artigo 52º do Regimento da Assembleia Municipal;

6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para lembrar que ontem foi aqui suscitada aqui uma questão relativa a estes pontos da Ordem de Trabalhos, que convinha esclarecer. Porque nós fomos verificar aquilo que o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes ontem aqui nos disse, e de facto, foram introduzidos na pasta de partilha dos documentos para os Deputados Municipais, pelo menos dois documentos relativos um aos SMAS e outro à Câmara Municipal. Portanto, convinha esclarecer, porque a aprovação dos documentos que nós vamos aqui discutir, já foi feita há uns dias. Portanto, é preciso esclarecer como é que há documentos que são introduzidos à posteriori para discussão. Que documentos é que nós estamos a discutir afinal? E precisamos disso muito, muito claro.

Para além de outra questão que eu pessoalmente ontem suscitei, que tem a ver com a distribuição de documentos não aprovados pela Câmara Municipal aos Senhores Deputados Municipais, com antecedência que nós julgamos que é uma prática que não é obviamente, nem desejável, nem legal.”

6.2.1.2 – O Senhor Deputado Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu quero lembrar que eu ontem pedi um recurso ao plenário sobre a decisão de aceitar os documentos ou não, e não foi pronunciado o assunto. Nós aceitamos que fosse apresentado o documento do 3.1 que não tinha



votação, mas tínhamos que tomar uma decisão sobre o resto dos documentos e essa parte não foi nem colocada ao plenário, nem foi discutido.”

6.2.1.3 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foram feitas interpelações à Mesa, nos termos regimentais, a Mesa esclarecerá o que entender que deve esclarecer e depois os Senhores Deputados Municipais se desejarem recorrer para o plenário da decisão que a Mesa vier a tomar sobre a matéria, obviamente, que esse recurso para o plenário tem cobertura regimental e os Senhores Deputados Municipais depois da minha explicação, que eu tenho confiança que ouvirão atentamente, depois dessa minha explicação, e da apresentação da decisão da Mesa sobre a matéria, se os Senhores Deputados Municipais desejarem recorrer para o plenário da decisão da Mesa, terão todo o direito de o fazer.

Portanto, com rigor, serenidade, todas as questões podem ser respondidas.

Senhores Deputados Municipais, esta matéria é matéria da competência da Mesa, é a Mesa que compete nos termos regimentais aceitar as propostas e verificar da sua conformidade. E, portanto, é a Mesa da Assembleia Municipal e só a Mesa, que deve esclarecer as dúvidas suscitadas pelos Senhores Deputados Municipais.

No exercício dessa competência passo então a expor, o que entendo ser relevante.

Relativamente aos prazos. Nós temos prazos regimentais e temos prazos legais. Nós nunca fizemos esta conversa, mas teria de chegar o momento de a fazer e os prazos regimentais e os prazos legais, não coincidem completamente.

Os prazos regimentais, obrigam obviamente, a Assembleia Municipal e a Mesa e o Presidente da Assembleia Municipal todo o esforço farão, no sentido de cumprir os prazos regimentais. A Câmara Municipal obviamente, considerando a sua independência relativamente à Assembleia Municipal em termos de competências e de funcionamento, está obrigada ao cumprimento dos prazos legais.

Os prazos regimentais aplicáveis aqui são os seguintes: no que diz respeito ao ponto que iniciamos ontem e terminamos há pouco, que é a Informação sobre a Atividade Municipal, o nosso Regimento estabelece o prazo de cinco dias contados nos termos do Decreto-Lei 75/2013, que são contados seguidos, que é a norma do Decreto-Lei que referi. E o prazo foi cumprido pela Mesa e, portanto, não havia razão nenhuma para questionar a discussão da Informação sobre a Atividade Municipal, coisa que eu ontem tentei explicar e fundamentar e penso que os Senhores Deputados Municipais entenderam, tanto que, pudemos entrar no ponto, prossegui-lo e termina-lo hoje.

Relativamente aos documentos de Prestação de Contas, que é o que está agora em causa, o prazo legal é o prazo estabelecido pelo Regime Jurídico da Administração Local, que estabelece dois dias uteis, para a convocatória e a distribuição dos documentos. E é esse prazo que a Câmara Municipal está obrigada. O prazo de dois dias uteis, implicava que os documentos fossem do vosso conhecimento no dia 21 deste mês. E a generalidade dos documentos foram do vosso conhecimento. Primeiro, no dia 18, quando foi feita a convocatória com oito dias de antecedência, visto que é uma reunião ordinária do órgão, e alguns deles até ao dia 21, com duas exceções. Mas os dois documentos e há alguns dos Senhores Deputados Municipais que são muito mais conhecedores de informática do que eu, eu tenho apenas a informação que recolhi para vos trazer aqui, portanto há apenas dois documentos que não cumpriram o prazo do dia 21.

São no que diz respeito à Prestação de Contas da Câmara Municipal, ao Certificação Legal de Contas que foi colocado na Drive, que é o método que nós usamos para difundir a informação, no dia 24 deste mês, na segunda-feira.

No que diz respeito aos SMAS, a versão definitiva da Certificação Legal de Contas, foi apenas disponibilizada no dia de ontem, dia 26, às 12H25.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Trata-se, no entanto, de documentos que não são parte integrante do Relatório de Atividades, são documentos complementares, previstos na Lei e por isso é que são distribuídos à Assembleia Municipal e são documentos de fácil leitura, cinco páginas. E, portanto, não sendo em rigor o Relatório de Atividades e Conta de Gerência nem da Câmara Municipal nem dos SMA, mas documentos complementares e tendo acontecido no passado já várias vezes ao longo da história, não apenas desde 2017, que estes documentos foram distribuídos mais próximo da data da realização, aliás, como sabem alguns dos Senhores Deputados Municipais, estes documentos não são produzidos pela Câmara Municipal, são produzidos pelo Revisor Oficial de Contas, e a Câmara Municipal fê-los chegar à Assembleia Municipal logo que eles estiveram disponíveis e a Assembleia Municipal disponibilizou-os aos Senhores deputados Municipais.

Portanto, neste contexto que eu cabe de referir, o entendimento da Mesa, é que não razão nenhuma válida, significativa, que obste a que se possa discutir e tomar posição sobre estas matérias hoje aqui. Essa é a decisão da Mesa. Decisão da Mesa de que cabe recurso para o plenário, se algum dos Senhores Deputados Municipais quiser recorrer. Se quiser recorrer, recorre apresentando um requerimento nesse sentido.”

6.2.1.4 – O Senhor Deputado Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu fiquei só com uma dúvida na sua explicação. Eu não estou ainda a falar sobre qualquer requerimento da sua decisão, eu fiquei com dúvida na sua explicação.

O que nos está a dizer é que os documentos e a notificação saíram dia 18, onde é dito: “estão aqui todos os documentos que vocês vão analisar”. E depois a meio, eu altero alguns documentos, meto cá outros, não aviso ninguém, e se vocês se aperceberam, aperceberam-se, se não se aperceberam os documentos estão lá. Estou a tentar perceber se é isto que estão a tentar dizer. Porque os documentos estão aqui a dia 18, se vocês viram que nós alteramos, está dentro do prazo legal não há qualquer problema, é legal, está tudo certíssimo. Até pode ser legal, mas não é minimamente ético. E eu queria perceber se é esta a explicação que nos está a ser dada.”

6.2.1.5 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, as suas apreciações ficam à sua responsabilidade e não me vou pronunciar sobre elas, a minha honorabilidade não está posta em causa nem admito que possa vir a ser questionada e, portanto, certamente que não o foi.

A explicação que dei foi de que, desde há muitos anos, os documentos são disponibilizados na pasta do drive, para facilidade de consulta e distribuição dos documentos. A pasta drive tem várias informações e os Senhores Deputados Municipais se tiverem visto com atenção, tem o tipo de ficheiro, o tamanho e data da modificação. A data de modificação tem a ver com a data em que esta versão do ficheiro foi disponibilizada. Portanto, Senhores Deputados Municipais, sabendo os Senhores Deputados Municipais que esta é a metodologia utilizada para distribuição dos documentos, e não sendo sonogada nenhuma informação ao Senhores Deputados Municipais, eu não vejo o que é que pode ser apontado à Mesa e ao Presidente nesta matéria. Mas é questão que obviamente, opiniões podem divergir legitimamente.”

6.2.1.6 – O Senhor Deputado João Eduardo Geraldes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Duas questões. A primeira tem a ver com a questão dos prazos que o Senhor Presidente aqui referiu. É que é preciso não confundir as coisas, a Câmara Municipal tem dois dias uteis para entregar os documentos, mas Assembleia Municipal tem cinco dias corridos regimentais para os discutir. Portanto, a Assembleia Municipal não tem que os discutir a correr no dia a seguir aquele em que a Câmara Municipal entrega os documentos.

A segunda questão, eu queria requerer em nome da CDU, cópia dos ofícios que acompanharam as propostas que a Câmara Municipal enviou à Assembleia Municipal para agendamento desta sessão.”



11

6.2.1.7 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, relativamente aos prazos, a Lei especial que se aplica é o Regime Jurídico da Administração Local. Tem no seu Capítulo 4º, Disposições Comuns aos Órgãos das Autarquias Locais, e nesse Capítulo 4º, artigo 53º, nº 2, a Ordem do Dia é entregue a todos os membros do Órgão, com antecedência mínima de dois dias úteis, sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-lhes em simultâneo a respetiva documentação. Esta é a fundamentação legal. E eu expliquei que este era o prazo legal, que havia também um prazo regimental e expliquei qual é a interpretação que a Mesa tem relativamente ao prazo regimental e à aplicação do prazo regimental.

Relativamente à tramitação das propostas entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, foi acordado entre a Assembleia Municipal e Câmara Municipal, que as propostas por razões de celeridade e também de fiabilidade, eram disponibilizadas numa pasta da rede informática da Câmara Municipal, drive “O”, como o Senhor Deputado Municipal também conhece, e são lá colocados os documentos que depois a Assembleia Municipal disponibiliza aos Senhores Deputados Municipais. Portanto, é esse o mecanismo utilizado para garantir a celeridade e rigor na circulação dos documentos.”

6.2.1.8 – O Senhor Deputado João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Então qual é o documento que certifica que as propostas que nós discutimos na Assembleia Municipal são as propostas que foram aprovadas pela Câmara Municipal. É só esta pergunta.”

6.2.1.9 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Essa é uma responsabilidade da Mesa da Assembleia Municipal e, portanto, está à consideração dos Senhores Deputados Municipais.”

6.2.1.10 – O Senhor Deputado Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do CHEGA pede que seja decisão feita para recurso a aceitação ou não dos pontos 3.3 e 3.4, porque a documentação não está completa nas alturas necessárias e não cumprem os requisitos legais para aprovação a mesma. Nós pedimos que seja colocado à consideração da Assembleia a decisão sobre o mesmo.”

6.2.1.11 – O Senhor Deputado Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à questão do envio entre os dois órgãos a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, a questão que o Senhor Deputado Municipal João Geraldês coloca, sobre a forma que nós temos para aferir quando é que os documentos são colocados, pode até ser pertinente, mas este método é um método que tem sido usado ao longo dos últimos anos. Portanto, acho que aquilo que fará sentido, é que talvez na próxima reunião ou que se pondere, se existe ou não um envio para além de uma simples colocação num drive que facilita, que é o método que temos usado, pelo menos desde que sou Deputado Municipal, esse método sempre foi usado, e até hoje não houve problemas, mas se depois não temos nenhuma forma de verificar a cada momento quando é que o documento foi enviado, podemos ver esta questão para futuro.

Relativamente a tudo o resto, segundo o que eu percebi da intervenção do Senhor Presidente, há apenas dois documentos que não cumpriram este prazo que são as Certificações Legais de Contas que não são produzidas pela Câmara Municipal, são no fundo enviadas por entidade terceira, que envia à Câmara Municipal que envia para a Assembleia Municipal, são documentos para quem não sabe, são meras questões técnicas para dizer no fundo, que as contas estão conforme a legalidade. Se é por aqui, da nossa parte, não fará sentido nenhum que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

a Câmara Municipal não aprove os seus documentos financeiros, pelo facto de um documento que tem duas ou três páginas, ter chegado ontem, ou há dois dias, porque a discussão será feita hoje e a votação pelo andar da hora, se calhar só será feita amanhã.

Relativamente à terceira questão que é, se existe alguma adulteração, que é a suspeita que é lançada pelo Senhor Deputado Municipal do CHEGA, segundo percebi, se essa questão não existe, se não existe nenhuma alteração e se os documentos são os são enviados, a única questão que poderia existir, parece-nos que é essa da CLC que não é uma questão que justifique, porque a alterativa, e essa era questão que eu colocava também, se não fizermos essa discussão hoje, qual é a alternativa? É atrasar a aprovação por causa de um documento de duas ou três páginas? Não nos parece que isto seja sério e, portanto, aquilo que achamos é que devemos passar à discussão que importa, à discussão política e à discussão dos documentos.”

6.2.1.12 – O Senhor Deputado João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, a importância dos documentos não se mede pelo número de páginas, nem pelo número de linhas, a importância dos documentos mede-se por aquilo que a Lei determina que os documentos valem ou não valem. E a Lei determina que não é possível aprovar estes documentos sem a Revisão Oficial de Contas e sem um Relatório do Revisor Oficial de Contas. É um documento fundamental para aquilo que nós vamos decidir aqui. Podia ter uma linha, e se essa linha dissesse que o relatório está todo errado, mudava tudo. Nós não somos Revisores Oficiais de Contas, é o Revisor Oficial de Contas quem assina o documento e, portanto, o documento que nos é presente, tem que estar conforme aquilo que a Lei determina. É aquilo que a Lei determina.

Senhor Presidente, há uma outra questão. Nós temos um Regimento nesta Assembleia Municipal, o Senhor Presidente, jamais neste debate, colocou a questão do cumprimento por parte da Câmara Municipal do Regimento. O que é uma coisa notável, porque o Regimento é que regula o funcionamento desta Assembleia Municipal, não é a vontade da Câmara Municipal. E o Senhor Presidente não colocou uma única vez em questão a necessidade imperiosa de que a Câmara Municipal cumpra o Regimento que está em vigor.”

6.2.1.13 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Depois destas intervenções, só recordar que os dois documentos em causa e neste momento a nossa discussão já só se centra nesses dois documentos, esses dois documentos que estão aqui, são documentos simples, nenhum Senhor Deputado Municipal vai pronunciar-se e deliberar sobre o Relatório de Atividades e Conta de Gerência da Câmara Municipal e dos SMAS, sem conhecimento.

Portanto, como já referi há pouco esta é a decisão da Mesa, a Mesa sustenta que os documentos estão conformes, estão em condições de serem apreciados e votados, tudo pode ser auditado como sabem, atualmente em termos de informática, todas estas matérias, tudo o que eu referi, é passível de ser auditado e verificado, e portanto, se algum dos Senhores Deputados Municipais posteriormente desencadear algum procedimento que o justifique, essa auditoria ao sistema será feita e, portanto, vamos continuar.

Há um requerimento do Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, no sentido de não discutir os pontos 3.3 e 3.4, porque considerando a argumentação que foi expedida e que eu agora me dispenso de produzir novamente.”

6.2.2 – O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pôs à consideração do plenário a concordância com a decisão da Mesa de não retirada das propostas relativas aos pontos 3.3 e 3.4 da agenda, que obteve o seguinte resultado:

6.2.2.1 – A proposta da Mesa foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN e 17 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias



de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.3 – Para apresentar as propostas dos pontos 3.2, 3.3 e 3.4, usaram da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, o Senhor Vereador Filipe Pacheco e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

As contas dos SMAS são do vosso conhecimento, irei apresentar genericamente as mesmas, depois estarei disponível para esclarecer qualquer dúvida ou questão.

Naturalmente que o exercício do ano passado foi prejudicado e condicionado fortemente pelas consequências da invasão da Ucrânia pela Rússia, nomeadamente, no que diz respeito à subida do preço da energia. Este aumento da energia, para os SMAS, para terem a perceção do impacto, significou um valor superior a 5.500.000.00€ (cinco milhões e quinhentos mil euros) face a 2021.

Naturalmente, que não foi só o aumento da energia, foi também os produtos químicos que são usados nas ETAR, mas em termos de valor substancial, estamos a falar efetivamente do aumento do custo da energia, que prejudicou e condicionou fortemente a atuação dos SMAS e naturalmente, penalizou aquilo que são as contas finais de 2022.

Apesar deste contexto, os SMAS reafirmaram-se nos seus resultados como um serviço com equilíbrio e rigor de gestão, responsabilidade social na resposta às necessidades da população do Concelho, e sem descurar aquilo que deve ser a sustentabilidade ambiental.

Os SMAS de Almada, relembro aqui, tem uma gestão pública municipal e preenche os 100% do ciclo urbano da água, através da captação, da adução, da reserva de distribuição, controlo da água, a recolha, drenagem e tratamento das águas residuais e devolução ao meio recetor.

Na gestão de produção e controlo da qualidade da água, salientamos que em 2022, foi realizado o estudo para localização de um furo profundo no sistema de captação de Vale Milhaços, e a definição de locais com potencial para construção de novos furos de captação, com o objetivo de garantir atempadamente a capacidade de exploração, caso os atuais furos atinjam o fim do seu ciclo de vida.

Foi executada uma nova captação de água semi-confinado na zona da Aroeira;

Foi executado um furo de prospeção eventual captação de água subterrânea também na zona da Aroeira, de modo a avaliar a capacidade produtiva do aquífero na zona;

Foram contabilizadas, um valor superior a dezassete milhões de metros cúbicos de água no sistema, elevados a partir das cinco estações elevatórias.

Foi realizado e mantido o controlo de qualidade da água com realização de mais de quinze mil análises e consequente amostras, e relativamente aquilo que são os parâmetros de análise obrigatória para a água de consumo humano de acordo com o Programa de Controlo a Qualidade da Água, aprovado pela a ERSAR, obteve-se um índice global de água segura perto dos 100%, 99,89%.

Realçamos também a distinção dos SMAS com o Selo de Qualidade Exemplar da Água para o Consumo Humano em 2022, numa iniciativa da ERSAR, este prémio tem como objetivo distinguir as entidades gestoras que se destacaram na qualidade exemplar do seu desempenho.

No final de dezembro de 2022, os SMAS contavam com mais de 108 mil contratos de fornecimento de água, uma subida relativamente ao ano anterior.

Nas atividades de faturação, o consumo da água com emissão de faturas, foi também superior ao ano anterior.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Continuamos na sede dos SMAS a atender população, recebemos mais de quarenta mil utentes, praticamente metade para efetuar pagamento de tarifas, serviços a outra para tratamento de diversos relacionados com a gestão do contrato.

Continuaram a ser atendidos vários, inúmeros, telefonemas, só para terem noção do impacto daquilo que são os atendimentos telefónicos, foram atendidas mais de 76 mil chamadas telefónicas e tratados mais de 13 mil emails.

Prosseguiu a promoção da fatura eletrónica dos SMAS online, encontrando-se registados perto de um terço dos seus clientes já neste sistema.

O débito direto foi o meio de pagamento de faturas adotado por quase metade dos contratos ativos.

Continua também a ser desenvolvido o projeto museográfico e multimédia para a implementação do futuro Museu da Água, nomeadamente, a elaboração do desenvolvimento de projetos de infraestruturas e dos conteúdos, equipamentos a instalar na exposição.

Na realização das inúmeras importantes atividades para levar a água à torneira do consumidor e a recolha e o tratamento das águas residuais, os SMAS contam com 460 trabalhadores distribuídos por diferentes carreiras.

Para otimizar a capacidade e operacionalidade dos sistemas de adução, distribuição de água de drenagem de águas residuais e pluviais e do tratamento das águas residuais, destacamos, também durante o ano de 2022, a execução do projeto para a construção de uma nova célula no reservatório do Lazarim apoiado;

O início da obra de requalificação e remodelação das infraestruturas ao longo da Avenida do Cristo Rei nas valências de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;

A renovação da rede adutora e distribuidora da 10/1, no troço entre a rotunda da Estrada da Algazarra e a rotunda do Continente da Sobreda;

A conclusão dos projetos para realização do coletor doméstico da rua Elias Garcia, a requalificação do coletor doméstico nas traseiras da rua de Olivença em Almada;

A reabilitação do coletor doméstico no Parque de Viola Nova de Caparica;

A regularização da Ribeira da Quinta de Santa Teresa;

Foi dada a continuidade à implementação da solução Aquafield e integração com a solução Baseform de gestão dos sistemas de distribuição da água, permitindo o calculo dos diversos indicadores, nomeadamente, para acautelar e ser efetuada uma rápida deteção de avarias nas condutas;

Foi também feita a revisão do Regulamento de Abastecimento de Água e Saneamento, que foi submetido a consulta pública e Regulamento esse que foi já aprovado em reunião de Câmara este ano;

Foi também elaborado um regulamento interno sobre a duração e organização do trabalho e a prestação de trabalho em regime de teletrabalho nos SMAS;

Foram mantidos os sistemas de qualidade ISSO 9001, segurança, saúde e bem-estar no trabalho, cujo o âmbito abrangeu todos os processos de serviços de água e saneamento dos SMAS.

Sem prejuízo disto tudo e no que diz respeito à proteção e preservação dos aspetos ambientais, foi elaborado e aprovado um plano de poupança de água e energia, foi também garantido a certificação do sistema de gestão de energia pela norma ISSO 5001, que demonstra a preocupação dos serviços na eficiência da energia utilizada na realização das suas atividades;

A certificação do Sistema de Gestão Ambiental, cujo o âmbito abrangeu todos os processos dos serviços de água e saneamento;



A elaboração e execução dos programas de Gestão de Energia 2022, para a ETAR da Mutela, ETAR do Portinho da Costa, ETAR do Valdeão e a monitorização de todos os indicadores de desempenho energético;

A autossuficiência energética das ETAR em 2022, subiu relativamente ao ano anterior;

Foi também feita uma tentativa de valorização dos subprodutos do tratamento de águas residuais, tendo sido produzidas mais de vinte e uma mil toneladas de lamas, mais do que em 2021, sendo elas mesmas sido valorizadas em compostagem;

No âmbito do Projeto Ambiental ARUT- Reutilização de Água Residual Urbana Tratada, foram produzidos para reutilização 343.855 m3 de águas residuais;

Continuou-se a manter o estudo das águas residuais através das análises, tendo sido realizadas quase perto de 20% de amostras relativamente ao ano anterior.

No que diz respeito às contas de 2022, abrangeram e atingiram no que diz respeito à receita, um valor superior a 26.000.000.00€ (vinte seis milhões de euros);

A despesa de Capital executada, foi de 5.187.561,71€ (cinco milhões cento e oitenta e sete mil quinhentos e sessenta e um euros e setenta e um cêntimo), sendo que o valor de investimento executado em 2022, foi perto de 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) a que corresponde a um grau de execução orçamental de 76%, o valor mais elevado de investimento executado nos últimos sete anos dos SMAS de Almada.

Relativamente ao valor das disponibilidades a transitar para 2023, foi perto de 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) composto por um saldo de 2.800.000.00€ (dois milhões e oitocentos mil euros), relativo a operações orçamentais e 2.000.000.00€ (dois milhões de euros) de operações extraorçamentais.

O Saldo destas operações orçamentais permitiu já que o orçamento inicial de 2023 contasse com um valor de 1.000.000.00€ (um milhão de euros) e vamos apresentar aqui também uma proposta já aprovada em reunião de Câmara, para a incorporação para o orçamento de 2023 de 1.750.000.00€ (um milhão setecentos e cinquenta mil euros).

Relativamente aos indicadores de gestão continuam bastante positivos, o grau de autonomia que representa a independência financeira atinge o valor de 79%, que reflete uma consolidada independência financeira;

A Solvabilidade com uma comparação entre fundos próprios é de 3,82 revela também um elevado grau de Solvência constante aliás, ao longo dos últimos anos;

O indicador de Liquidez Geral, apresenta este ano um valor de 1,7, traduzindo a elevada capacidade de cumprimento dos compromissos assumidos.

Sendo esta genericamente aquilo que é a apresentação das contas relativas a 2022, podemos considerar que apesar do resultado negativo, o mesmo foi naturalmente, provocado e causado pelo aumento significativo do consumo de energia, que, no entanto, afetou, mas conseguimos mitigar de alguma forma a capacidade de investimento dos SMAS que viu de facto, uma capacidade de execução apesar de tudo de 76% e um valor de investimentos superior dos últimos sete anos.”

6.3.2 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Relativamente ao Relatório de Conta de Gerência da WEMOB, para o exercício de 2022, os documentos foram distribuídos, eu destacaria de forma resumida algumas linhas de atuação deste ano de 2022.

Em primeiro lugar, aqui uma vertente de melhoria de serviço público com a retoma em pleno da atividade da remoção dos veículos em fim de vida, é algo que se tem sentido por todo o Concelho ainda numa recuperação daquilo que é, nós sabemos que existiu uma paragem principalmente durante o tempo da pandemia da remoção



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

dos veículos em fim de vida, ou seja, ainda estamos em perda e a recuperar de forma consecutiva, mas neste momento toda a atividade regressou ao pleno e aqui com a afetação também de mais agentes a esta atividade.

Depois também, destacar o investimento nos parques de estacionamento subterrâneo naquilo a que se refere a procedimentos de manutenção, segurança, limpeza.

Também à implementação de meios de pagamento eletrónico nos últimos três parques onde tal não existia e, portanto, neste momento todos os parques de estacionamento subterrâneos da WEMOB, têm meios de pagamento eletrónico,

Também destacaria a aquisição de leitor de matriculas para a zona da Cândido dos Reis.

Também o reforço das equipas de agentes de estacionamento e de fiscalização reforçando aquilo que é a atuação de fiscalização da WEMOB, essencialmente em Almada e também na Costa da Caparica.

Também destacaria relativamente ao Flexibus, aquilo que foi a inclusão na rota de Pêra da passagem no Porto Brandão, ou seja, também aqui uma ótica de estar perto sempre numa lógica de proximidade aquilo que também são as necessidades das populações, ou seja, num momento muito critico e concreto onde ainda num momento de estabilização da resposta da Carris Metropolitana, houve a necessidade de dar esta resposta, portanto, a WEMOB esteve lá e houve aqui uma alteração da rota do Flexibus, passando pelo Porto Brandão, com reconhecido impacto na população e portanto, houve também um alterar das rotas do Flexibus, permitindo chegar com este transporte gratuito a mais pessoas.

Depois destacaria também numa vertente de melhoria de atendimento ao público que, aliás, tem sido uma das prioridades assumidas pela empresa atualmente, na melhoria da dimensão do atendimento ao munícipe, eu destacaria aquilo que foi a implementação por um lado, do dístico na hora, ou seja, quando o munícipe se desloca à empresa, antigamente tinha de se deslocar duas vezes à empresa para obter um dístico de residente, isso deixou de ser necessário. Se o munícipe escolher se deslocar-se presencialmente, tem o dístico na hora, mas não precisa de o fazer, se não quiser se deslocar à empresa, basta através do site da WEMOB fazer o pedido de dístico online e tem o dístico diretamente para sua casa.

Também houve uma melhoria daquilo que é os avisos designadamente, por SMS, a todos os munícipes portadores de dísticos, um exemplo muito simples é, o continuar e alargar, aquilo que são os avisos quando um dístico está a caducar, não queremos que ninguém tenha o seu dístico em atraso e por isso possa ser atuado e, portanto, fazemos aqui também uma lógica de lembrar e de reforçar aqui a memória para a atualização dos dísticos.

Também, destacaria aquilo que é e neste contexto, todo um processo de continuar a um ritmo mais acelerado de transição digital desta empresa, seja ao nível destas questões muito concretas da atribuição de dísticos, seja outras mais de gestão interna como por exemplo, novos processos através da gestão documental, de simplificação de procedimentos, temos tentado ter aqui internamente simplificação de procedimentos e também alicerçada em transição digital.

Por último, destacaria aquilo que eu acho que é o dado mais relevante, é de termos a WEMOB após um período critico, durante a pandemia que nós sabemos que tivemos, aliás, algo que foi comum a todas as empresas de estacionamento ou de mobilidade no país, que foi uma paragem quase total, temos a WEMOB a voltar ao resultado positivo, termos aqui um resultado cerca de 26.000.00€ (vinte e seis mil euros) positivo antes de impostos, e, portanto, é algo bastante positivo, entendemos que se deveu também a uma gestão rigorosa das prioridades e acho que também torna a empresa mais robusta para aquilo que são os desafios que tem agora proximamente, designadamente, com a implementação daquilo que será o novo Regulamento de Estacionamento, mas também numa dimensão de contribuir para uma verdadeira politica de mobilidade do nosso Concelho, que é esse um dos grandes objetivos da empresa.

Por último, gostaria de terminar com um profundo agradecimento a todos os trabalhadores da WEMOB, todo este resumo que eu aqui fiz, muito se deve a eles, aquilo que foi também a sua atuação durante a pandemia e



essencialmente, no retorno pós pandemia e é com essa nota que termino, um profundo agradecimento a todos os trabalhadores desta empresa por aquilo que foi este resultado e o cumprimento deste Plano de Atividades ao longo de 2022.”

6.3.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Relativamente ao ano de 2022, que foi sem dúvida nenhuma um ano muito especial, porque foi um ano por lado, da recuperação da pandemia, por outro lado, foi um ano em que fomos surpreendidos de facto, com uma guerra absolutamente brutal e selvagem, levada a cabo por um estado Autocrático, muito pouco democrático e que invadiu brutalmente outro país e que trouxe de novo a guerra ao território europeu e que, do qual todos nós tivemos de nos adaptar às suas consequências, com uma subida brutal dos preços, uma inflação que disparou mesmo que já pudesse estar em tendência ascendente, disparou vertiginosamente, e que, devo dizer, mais uma vez, os portugueses mostraram a sua capacidade de adaptação às circunstâncias difíceis e para eles, para os almadenses, neste caso, vão as minhas primeira palavras e naturalmente, todos os poderes públicos seja Central, seja Local, tentaram adaptar e tentaram poder resolver e apoiar da melhor forma, adaptando-se às circunstâncias que ninguém estava à espera.

E isso, como verão, não impediu a Câmara Municipal de prosseguir o seu trabalho e de ter um ano de 2022, muito, muito cheio de atividades e de investimento como veremos ao nível financeiro, concretização de variadíssimos projetos.

E se me permitem, começaria por aquele que eu acho que é mais estrutural naquilo que é a nossa forma de funcionar e na forma como temos que encarar aquilo que é a administração autárquica daqui para a frente, que é de facto, a transferência de competências e a aposta que foi feita em 2022, ao assumirmos a transferência na educação. Depois naturalmente, de ter sido muito debatida, muito negociada com o Governo, a nossa grande preocupação, a nossa primeira grande preocupação, é que essa transferência se fizesse de forma harmoniosa, importa lembrar que acolhemos com todo o gosto 825 trabalhadores, ou seja, a esfera municipal teve um incremento quase de 50% daquele que era o seu mapa de pessoal, que corresponde a assistentes técnicos e assistentes operacionais, que exercem funções fundamentais nas nossas escolas, como sabem, e foi naturalmente, com satisfação que vimos que esse processo se fez de facto, de forma totalmente harmoniosa, foi muito bom receber esses trabalhadores nas festas de fim de ano, é muito bom poder contar com eles dentro daquilo que é o universo municipal, e, portanto, aqui reitero esta mensagem, sejam bem vindos e muito obrigada pelo trabalho que fazem.

Mas esta transferência também se traduziu pela integração de mais 20 estabelecimentos de ensino que se vêm juntar aos 40 que já integravam a rede de educação pública da responsabilidade da Câmara Municipal. Assim como também, obrigou e temos estado a fazer esse trabalho, toda uma reorganização de todas as atividades em período pós-escolar e naturalmente, esta forma harmoniosa com que isto tudo decorreu, não teria sido possível também, sem os Diretores dos Agrupamentos, que foram fundamentais para que isso corresse bem e naturalmente, também, todos os professores, todo o pessoal docente, assim como o não docente o qual já falei. Decorreu tão bem que isso nos dá força e otimismo para as novas transferências de competências, que são de dimensão mais pequena, mas muito mais complexas, falo da transferência de competências na área dos apoios sociais, que era a mais complexa delas todas, que vamos efetivar em 2023, e naturalmente saúdo.

Ainda nesse âmbito, importa lembrar que finalizamos este ano, todo o grande processo de retirada do amianto das nossas escolas, por fim, Almada pode dizer que não há nenhuma escola com cobertura de amianto, o que era uma reivindicação antiga e felizmente foi feita e foi feita num tempo record e isso também importa lembrar e naturalmente, temos a extensão da Carlos Gargaté para uma resposta de Secundário, mas temos sobretudo todo o lançamento da Carta Educativa e do Plano Pedagógico Municipal que também estão a ser finalizados.

O ano de 2022, também foi o ano de uma aposta na solidariedade e aqui naturalmente, não posso não começar por referir aquilo que foi o acolhimento dos refugiados ucranianos. Almada tem um histórico grande de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

solidariedade, de acolhimento daqueles que sofrem e de que maneira, e, portanto, graças a uma articulação muito estreita entre todas as Uniões de Freguesia e deixem-me dar aqui uma palavra de agradecimento aos Senhores/as Presidentes e às equipas que também foram fundamentais, mas também naturalmente aos serviços da Proteção Civil, aos Serviços de Apoio Social da Câmara Municipal, foi possível criar respostas. No total Almada acolheu 669 cidadãos ucranianos, também em articulação com o Alto Comissariado. Foram fornecidas 81 camas no Caparica Sun Center e naturalmente, tenho que agradecer muito particularmente à equipa do Caparica Sun Center e da Arribatejo, que passaram de uma gestão hoteleira para serem um verdadeiro centro de refugiados com um apoio que todas as famílias que por lá passaram, insistiram em frisar a forma calorosa, humana, sensível com que foram acolhidos. Foram vários meses e de facto foi um orgulho poder contar com aquelas pessoas, com aquela equipa nesta que foi uma operação muito delicada, estávamos a falar essencialmente de mulheres e de crianças, porque de facto, quem lança a guerra não costuma ter grandes pruridos em fazer sofrer, em matar todos, fazer sofrer até aqueles que fogem e nós sabemos essencialmente mulheres e crianças.

Tenho também de mencionar que a operação de recolha, muito importante de alimentos e de agasalhos que foram enviados, foram mais de 30 toneladas que foram enviadas a partir de Almada. Nós fomos dos primeiros Municípios a criar um centro de recolha, foi uma mobilização geral e tenho naturalmente também dar uma palavra de agradecimento aos Panteras da Proteção Civil que também se mobilizaram para esta recolha.

Na área da solidariedade, para além de outras coisas, mas também quero dar aqui nota nesta aposta continuando a inclusão e que se faz a vários níveis, fazem-se com obras de reabilitação para permitir o acesso de todos aos nossos equipamentos culturais, mas há algo que me parece também importante, que foi, neste momento temos 35 espaços de interesse público em Almada, que estão mapeados numa aplicação que incorpora um sistema de audionavegação para pessoas cegas ou com baixa visão e para poderem circular com maior autonomia em Almada.

Naturalmente, a aposta na habitação mantém-se e eu depois poderei falar um pouco do PRR. É sem dúvida nenhuma, um dos grandes desafios que nós temos pela frente, já conhecido, é um flagelo que Almada tem há muitos anos, estes núcleos precários eternizam-se já desde o PER, e, portanto, a grande aposta passa não só por lançar os projetos de construção, estamos a falar dos 95 fogos que foram lançados o ano passado e os projetos de arquitetura de especialidade estão agora a serem concluídos, mas também em articulação com o IHRU, foram lançadas as primeiras empreitadas para arrendamento acessível. É muito importante as primeiras 208 habitações, lembrar que no âmbito do Plano Integrado de Almada, o objetivo final são 3500 fogos, nesta primeira fase são mil e tal, ainda há pouco voltamos a lançar as primeiras pedras para 180 fogos e isto faz parte de uma política integrada entre o Governo Central e naturalmente o Município.

E eu aqui passava a aposta na segurança, num tema que tem sido ligado, que é a questão do 2º Torrão e ao qual eu acho que importa voltar. E podem puxar legitimamente isto para a área da habitação. Mas o 2º Torrão foi essencialmente uma questão de segurança. A segurança, salvaguarda daquelas pessoas e daqueles bens que estavam a residir em construções mais precárias sobre uma vala. Eu não vou fazer aqui todo o histórico, mas depois poderei fazer, mas face às coisas absolutamente inacreditáveis que eu tenho ouvido, a mentira sistemática, o aproveitamento político quase vergonhoso, eu tenho que voltar a dar aqui nota, daquilo que tem sido a coragem, o empenho, a permanência, o esforço de todos os serviços. Eu ainda há pouco tempo vi uma audição na Assembleia que eu não queria acreditar no que estava a ouvir, em que as pessoas diziam que de repente acordamos e estavam a demolir a nossa casa. Lembrar que eu própria fiz uma reunião com todos os visados identificados na Escola da Trafaria, para começarmos a falar com as pessoas dois meses e meio antes das demolições. Houve 17 reuniões de trabalho internas com entidades externas, com as principais associações que trabalham no Bairro e que curiosamente, agora não são mencionadas, há agora uma outra associação que pelos vistos é relevantíssima, eu confesso que nunca reuni com ela sobre o 2º Torrão, mas agora provavelmente como ficou sem sede ficou muito preocupada, convidamos todas as entidades que têm um verdadeiro trabalho, desde a Casa dos Sonhos à Santa Casa da Misericórdia de Almada, a Associação dos Moradores, à Paróquia que serve o 2º Torrão, fizemos uma reunião com todos os Vereadores antecipadamente, foram 139 cartas entregues



1/2

em mão antes do processo de demolição, detalhando a desocupação, e as soluções de realojamento, houve 228 comunicações escritas e atendimento aos cidadãos inicialmente contemplados para realojamento e 65 comunicações escritas e atendimentos aos cidadãos, que entretanto apareceram e não estavam de facto no levantamento.

As situações ainda pendentes, há várias razões, o processo atrasou-se muito por causa das providências cautelares, porque estando providências cautelares a decorrer, naturalmente a Câmara Municipal não pode agir. Importa lembrar que a Câmara Municipal tem ganho todas as providências cautelares e os recursos, supostamente falta um, não sei se, entretanto, já foi deliberado ou não, todas as pessoas tiveram propostas de realojamento. Agora, temos que ser francos, a Câmara Municipal inclusivamente arranhou alojamento noutras municípios por falta de resposta aqui, se calhar não é a casa dos sonhos que as pessoas desejavam, mas é uma casa digna, é uma casa em condições, todas as casas que foram entregues sem obras, foi por vontade dos próprios que assumiram que queriam as casas naquelas condições e foram muito poucas. Portanto, acho que há um momento em que temos que tratar com justiça, com clareza e com frontalidade essa questão. Já chega de aproveitamento.

Relativamente ao combate aos incêndios, devo dizer que há aqui uma questão que é importante na salvaguarda do nosso território da Mata Nacional dos Medos, há um novo sistema de alarme que contou com a presença do Senhor Ministro da Administração Interna, o Dr. José Luis Carneiro, é um trabalho de prevenção e de salvamento com todo um sistema fácil de identificar relativamente aos momentos de maior risco.

Outra questão fundamental é de facto, a transferência para o Município da gestão da Bateria da Raposa, onde podemos criar instalações para o nosso serviço de Proteção Civil dignas e eficazes e onde naturalmente também, estamos a pensar na criação do tal museu tão pedido pelas Associações Militares.

Por fim, essa transferência foi assinada com o parecer positivo naturalmente, do ICNF.

Ainda para reforçar os meios dos que todos os dias demonstram o serviço à comunidade, entregamos aos Bombeiros Voluntários como sempre, no Dia Internacional da Proteção Civil, um novo veículo urbano de combate a incêndios. Aqui também é bom ver as palavras de reconhecimento que os nossos Bombeiros têm em relação à ação da Câmara Municipal de Almada.

Em relação ao PRR, lembramos 4 candidaturas com um valor total de investimento de 14.104.988.00€ (catorze milhões cento e quatro mil e novecentos e oitenta e oito euros), para o financiamento de aquisição de 13 fogos, a reabilitação de 40 fogos de habitação municipal, e a construção dos 95 fogos.

Importa lembrar que, para além desta aquisição e construção, também está em curso, houve um grande esforço de reabilitarmos o parque habitacional do Município que está como todos sabemos, não há ninguém que não venha às reuniões de Câmara ou aqui à Assembleia Municipal, lamentar o estado miserável em que estão as habitações municipais dado que nunca tiveram qualquer tipo de manutenção desde a sua construção.

Importa também lembrar em relação ao PRR candidaturas muito importantes como as operações integradas para as comunidades desfavorecidas que se vão colocar entre a Costa da Caparica e a Caparica Trafaria, e estamos a falar de um investimento de 6.400.000.00€ (seis milhões e quatrocentos mil euros), tem uma parte de investimento e também tem uma parte de ações para promoção do emprego e qualificação das populações.

Permitam-me que faça uma abordagem especial àquilo que é a criação do Agroparque nas Terras da Costa, onde se prevê justamente que por fim possamos resolver o conflito latente que houve durante duas décadas entre as pessoas que lá estão, os agricultores que lá estão e a Câmara Municipal, houve processos em Tribunal, a Câmara Municipal tem vindo a ganhar, mas nós somos sempre pela via do diálogo e criamos aqui uma plataforma de podermos trabalhar em conjunto em prole do território.

A aposta nos serviços públicos, já se falou muito da Carris Metropolitana, acho que já começamos a ver os benefícios da nova rede, embora ela ainda não esteja completa, importa lembrar. O grande problema do arranque, foi ser lançada de forma absolutamente insuficiente, causando grande transtorno, foram criadas de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

imediatamente, fizemos reuniões em todas as Uniões de Freguesia, ouvimos a população, a população foi fundamental para nos ajudar a comunicar com a TML, porque não havia e infelizmente ainda não há, acho que ainda não está operacional um sistema de vigilância dos circuitos dos autocarros e sobretudo das suas frequências, mas felizmente aos poucos estão a recuperar, embora insisto ainda não estejam completos.

No âmbito do melhoramento dos serviços públicos, também iniciamos o grande processo de desmaterialização do urbanismo, que vai ser fundamental, acho que só assim é que nós vamos conseguir marcar uma verdadeira diferença, a maior parte dos Municípios já o fizeram há vários anos, nomeadamente, o nosso vizinho Seixal, aqui em Almada os processos eram tratados à mão, em papel, era uma coisa completamente retrógrada, sem sistema de digitalização, através de uma plataforma infame chamada MEDIDATA, e a quem aliás, dou aqui o meus cumprimentos e o meu reconhecimento, aos técnicos que de facto, trabalham, ainda em condições muito difíceis, pelo atraso daquilo que é a modernização administrativa que encontramos em Almada.

Lançamos também o projeto da Loja do Cidadão de Almada, que está a finalizar o seu projeto de especialidade e que em princípio poderemos lançar rapidamente, daqui a um ou dois meses, penso eu, o projeto de empreitada para por fim começarmos a construir a Loja do Cidadão.

Há uma aposta natural no património, falamos da EDP, cujo o projeto de especialidades ainda está em curso, ainda no outro dia estive com o arquiteto, um grande arquiteto que é Bak Gordon, mas também quisemos abrir aquele espaço à população e permitam a exposição de fotografia Living Among What's Left Behind, do Mário Cruz, que foi sem dúvida um momento marcante, bateu todos os records de frequência e isso é importante porque é uma exposição militante contra o desperdício, o que deitamos fora, é importante que as pessoas tomem a consciência que as alterações climáticas, a questão do meio ambiente, também se faz com os nossos próprios comportamentos. Portanto, foi fundamental.

Falamos também naturalmente, da reabilitação dos edifícios dos Paços do Concelho, onde já me encontro e já só falta pouco para podermos fazer a abertura oficial a todos e fazer um dia aberto para quem quiser ir ver, teremos todo o gosto disso.

A reabertura do Núcleo Museológico, Museu de Almada, Covas de Pão, a inauguração da exposição "Casas, Covas e Ruas, das Raízes Medievais de Almada" e o protocolo que temos com a Academia relativamente a todo o que é o espólio arqueológico de Almada.

Relativamente à Juventude, naturalmente o "Março à Solta" voltou a acontecer e foi um sucesso, contou com mais de 3750 pessoas nos vários espetáculos.

Há que assinalar a primeira Assembleia Municipal Jovem e a 2ª Edição já tem cada vez mais, jovens a inscreverem-se.

Há naturalmente uma aposta no espaço público, as variadíssimas requalificações que são as tais muitas páginas que têm no Relatório que não vou ler todas, mas deixem-me só mencionar naturalmente, a questão do Parque da Paz, um novo estacionamento e o novo parque canino, que é importante, o Parque Infantil do Jardim dos Caranguejais, o Parque Urbano de Vila Nova, a Estrada Florestal, o lançamento da Avenida do Mar, isto só para falar de alguns deles, houve uma série de outras requalificações em curso.

A aposta no ambiente foi fundamental, a Semana Europeia da Mobilidade, acho que foi um sucesso absoluto na Capitão Leitão, foi um retomar muito bom e serviu para podermos pensar uma nova forma de mobilidade em Almada Velha. Mas o mais importante foi sem dúvida, o Plano Climático de Almada 2030, que foi apresentado e lançado e que deu já origem como já referi, uma nova candidatura que é o Life, e, portanto, já estamos a trabalhar afincadamente naquilo que são medias concretas, não vale a pena ficarmos só por estudos e com constatação que é preciso agir pelo ambiente. É preciso constatar e agir de facto, pelo ambiente.

A Cultura, como sabem é uma permanência da nossa atividade, desde 39º Festival do Teatro de Almada, Mostra Nacional de Jovens Criadores, a exposição "Lugares e Olhares", o Fest Sink, o Festival dos Capuchos, o Sol da Caparica, naturalmente, vai-se consolidando, melhorando, desenvolvendo, aquilo que já são os grandes marcos



de Almada há muitos anos e vão-se recuperando outros marcos com o Festival dos Capuchos e vão-se reintroduzindo outros grandes eventos que têm uma vantagem que é criar aqui um dinamismo importante.

Relativamente à execução orçamental, o Município iniciou o ano de 2022 com um saldo transitado da gerência anterior de operações orçamentais de 41.000.000.00€ (quarenta e um milhões de euros) e finalizou com um saldo de 58.200.000.00€ (cinquenta e oito milhões e duzentos mil euros).

O resultado da execução orçamental de 2022, apurado pela diferença entre a receita cobrada e a despesa, totalizou um montante superior de 17.200.000.00€ (dezassete milhões e duzentos mil euros) em linha com o resultado do ano anterior, que foi de 17.136.000.00€ (dezassete milhões cento e trinta e seis mil euros).

O resultado é apurado pela diferença entre a execução dos recebimentos que foram na ordem dos 144.400.000.00€ (cento e quarenta e quatro milhões e quatrocentos mil euros), e dos pagamentos que é da ordem dos 127.200.000.00€ (cento e vinte e sete milhões e duzentos mil euros).

No quadriénio de 2019/2022, apenas em 2020 se verificou um deficit no resultado da atividade anual, tendo em conta e todos nós sabemos o que foi o ano de 2020, tendo em conta que a despesa 113.000.000.00€ (cento e treze milhões de euros) superou a receita desse ano que foi a de 93.000.000.00€ (noventa e três milhões de euros).

Naturalmente em 2022, o Município de Almada cumpriu as regras do equilíbrio orçamental, ou seja, a totalidade da despesa obteve cobertura na receita, a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente acrescida das amortizações médias, de empréstimos de médio a longo prazo, revelou uma margem de 25.000.000.00€ (vinte e cinco milhões de euros) e comparando com o exercício anterior a margem de equilíbrio orçamental, manteve-se ao nível do ano de 2021, diminuindo ligeiramente menos 943.000.00€ (novecentos e quarenta e três mil euros).

Relativamente à receita cobrada em 2022 foi de 144.000.000.00€ (cento e quarenta e quatro milhões de euros), desta uma é a corrente, impostos, transferências do orçamento, venda de bens e serviços, rendimentos de propriedade e taxas que ascendeu a 125.000.000.00€ (cento e vinte e cinco milhões de euros), ou seja, 87% da receita total.

De assinalar os aumentos face ao ano anterior, a receita fiscal que representa 56% da receita corrente, a qual regista um aumento de 6.700.000.00€ (seis milhões e setecentos mil euros).

Principalmente correndo do aumento da receita proveniente do IMT e aqui como sabem, o nosso Município está com um grande dinamismo ao nível da construção, ai nível da aquisição e da venda, com os impactos também negativos que isso tem de facto, para os preços da habitação, nós sabemos, mas que, de facto, há um grande dinamismo e eu também acredito que houve uma aceleração muito consequente dos processos ao nível da Administração Urbanística, que também se traduzem em receita ao nível depois do IMT.

Na receita de Atividade Municipal acréscimo de 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros) salientam-se o aumento de 24%, 882.000.00€ (oitocentos e oitenta e dois mil euros) nas cobranças de loteamentos e obras interpretado como sinal da retoma da atividade económica.

Naturalmente nestes aumentos de receita de 2022, assim como no aumento da despesa, não podemos omitir aquilo que eu referi no início que é a transferência de competências na área da educação que correspondem a um bolo muito consequente de cerca de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros).

Outra receita é de Capital, receitas com ativos financeiros, isto é receita com libertação e utilização de depósito a prazo e recebimento de amortização de empréstimos, com transferências em especial as recebidas dos fundos comunitários e aqui também vamos cumprir a 100% todas as candidaturas a que nos tínhamos proposto e como alguns de vós se lembrarão, no primeiro mandato reformulamos algumas candidaturas que não considerávamos minimamente nem razoáveis do ponto de vista financeiro, nem razoáveis até para a política municipal, arriscamos, felizmente, conseguimos está tudo a ser executado dentro dos prazos, não haverá nenhum



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

problema, ao contrário do que alguns vaticinavam, basta fazermos qualquer coisa para dizerem que vai correr muito mal. Mas correu bem. E os fundos das candidaturas representam 13% da receita total.

A receita de ativos financeiros totalizou cerca de 12.300.000.00€ (doze milhões e trezentos mil euros) integrando 12.000.000.00€ (doze milhões de euros) de libertação de depósito a prazo, como sabem, e 264.000.00€ (duzentos e sessenta e quatro mil euros) de amortização de capital de empréstimos quadro, reembolsados pelos SMAS ao Município.

As transferências num montante de 6.700.000.00€ (seis milhões e setecentos mil euros) representam 35% da receita de capital, comparando com o ano anterior, regista um aumento de 2.600.000.00€ (dois milhões e seiscentos mil euros) resultante de financiamento de investimento por fundos comunitários.

Relativamente à despesa, muitos dos projetos de investimento são lançados num ano, tivemos em 2022 e estamos a ter em 2023 algumas dificuldades e isso nós nunca o omitimos, ou por falta de concorrentes, ou por um aumento muito substantivo das matérias primas. É verdade que alguns investimentos tiveram que transitar. A execução em termos de cabimentos em relação ao orçamento do ano passado foi de 95% do orçamento, ao nível dos compromissos foi de 93% do orçamento, mas também ao nível dos pagamentos foi uma execução de 79% do orçamento, o que significou a maior execução de sempre de 127.200.000.00€ (cento e vinte e sete milhões e duzentos mil euros) em Almada.”

6.4 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), João Eixa dos Santos (PS), João Eduardo Geraldês (CDU), José Alberto Lourenço (CDU), Pedro Miguel Matias (PS), Maria Rita Magalhães (CDU) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não ia intervir nestes documentos, mas já que a Senhora Presidente levantou aqui a questão do 2º Torrão, é inevitável que o faça.

A Senhora Presidente demonstra sempre alguma irritabilidade sempre que falamos nisto, não sabemos bem porquê, mas de todas as formas, dizer-lhe, que a Senhora Presidente afirmou já em reunião de Câmara e aqui que esteve reunida com os moradores, que foi tudo muito transparente, o que a Senhora não disse e que devia ter dito, foi a pressão e a chantagem exercida sobre estes mesmos moradores, que deveriam aceitar alternativas propostas pela Câmara Municipal, caso contrário e alegando a situação de risco e situação de emergência, as pessoas seriam colocadas em pavilhões, isso a Senhora não disse.

Mais, as Senhoras foram colocadas em alojamento local sem um mínimo de condições, famílias inteiras com filhos num quarto, nós assistimos a isto, eu sei perfeitamente o que é que estou a dizer.

Portanto, esse ar de surpreendidos com que estão a olhar para mim, não me diz absolutamente nada, porque eu acompanhei todo este processo desde início.

E já agora, faço um exercício e tomei aqui alguns apontamentos.

A própria Amnistia Internacional, acusa a Câmara Municipal de descoordenação em todo este processo e falta de empatia e inexistência de comunicação efetiva e transparente.

Em 14 de outubro de 2022, a própria Câmara Municipal admite, num órgão de comunicação social, que o processo poderia ser menos traumático.

Mais, em 7 de novembro de 2022, notícias vindas a público na Lusa, diziam e passo a citar:” Câmara Municipal de Almada, tratou como objetos as pessoas do 2º Torrão na Trafaria”. E Senhora Presidente, sabendo nós da celeridade e seriedade com que esta Câmara Municipal cumpre as suas promessas, ninguém aqui acredita, que



estas pessoas, sejam realojadas nos 95 fogos anunciados, simplesmente, porque a Câmara se recusou sempre a assumir por escrito o compromisso. Este compromisso.

E mais, são estes compromissos que tranquilizam as pessoas, as promessas verbais não dizem nada a estas pessoas, o que dizem são os compromissos formalizados e assinados pela Câmara Municipal e era isso que devia ter sido feito. E as nossas críticas foram sempre da forma como este processo foi iniciado, como este processo foi despoletado e como este processo foi conduzido.

Os senhores tinham mais que tempo, de ter iniciado este processo atempadamente. O Relatório de 2019 dos SMAS, já o dissemos repetidas vezes e de forma reiterada, aqui em Assembleia Municipal, que em 2019 tendo a Câmara Municipal conhecimento, já, das fragilidades da vala, os senhores deviam logo ter tomado essas providências. E os senhores quando o fizeram, fizeram em cima do joelho, de forma atabalhoada, com chantagem sobre as pessoas. E depois, vêm dizer que tudo foi resolvido a rigor, tudo foi resolvido com transparência, é mentira Senhora Presidente, não foi resolvido com transparência, porque neste momento, ainda estão 5 famílias no 2º Torrão para serem realojadas. E é isto que é importante que se diga. Os senhores têm que assumir que erraram neste ponto. Tão simples quanto isto. Humildade política. Haja humildade política por parte do executivo desta Câmara Municipal e reconhecer, tal como o reconheceram numa entrevista dada a um órgão de comunicação social, que poderia ter sido de forma menos traumática, têm que assumir que erraram neste processo e as pessoas foram prejudicadas, foram usadas e andaram numa roda vida constante sem saberem onde é que estariam, onde é que ficariam, quais seriam as condições da casa para onde iriam. E repito, neste momento ainda há 5 famílias por realojar e não tarda nada faz um ano que este processo foi iniciado. Eu não queria falar, mas era inevitável que o fizesse porque a Senhora Presidente já falou em reunião de Câmara, volta a falar aqui, que tudo foi feito com transparência e não foi Senhora Presidente. Aliás, a própria Amnistia Internacional o disse.”

6.4.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Câmara Municipal não aceita, eu não aceito, em nome de todos os serviços da Câmara Municipal, as acusações que o Bloco de Esquerda faz. Portanto, se o Bloco de Esquerda quer continuar a acusar a Câmara Municipal de chantagear, vai ter que o provar. Portanto, ou nos traz a prova dessa chantagem, ou vai ter que assumir com humildade política, que há vários meses que anda sistematicamente a mentir às pessoas e em particular às pessoas do 2º Torrão.”

6.4.3 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, eu estive presente na reunião onde houve essa chantagem. Portanto, eu não estou a falar de cor, sei perfeitamente o que digo.”

6.4.4 – O Senhor Deputado Municipal João Eixa dos Santos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Desde 2017, que a Câmara Municipal de Almada, tem seguido um rumo de progresso e inovação. De vontade de querer fazer mais e melhor, por todas e todos os almadenses. Aqueles que há gerações vivem em Almada, mas também aqueles que agora escolhem Almada, porque sabem que Almada pode continuar a melhorar o bem-estar e a vida dos almadenses, dos mais e menos jovens, das famílias, das pequenas e médias empresas, dos investidores, dos visitantes do resto do país e do mundo. Um verdadeiro território de muitos onde todos contam. Portanto, não é surpreendente que, conforme nos prova o Relatório de Conta de Gerência do Município, hoje em apreciação, o ano de 2022 tenha sido mais um ano de afirmação do Concelho de Almada e da evolução de um território com potencial inegável.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O que poderá ser surpreendente, é a capacidade deste executivo, mesmo face às adversidades socioeconómicas causada pelo contexto pós pandémico e pela invasão Russa, ter mantido o rumo do programa sufragado em 2021, sem esquecer ou marginalizar as situações e os mais fragilizados, que por este contexto foram surgindo.

E é precisamente, por uma infeliz consequência direta do conflito que quero começar, mas que revela o posicionamento claro, da Câmara Municipal de Almada, face a uma selvagem invasão Russa. Que, por muitos que alguns tentem com leituras ou políticas deturpadas, será sempre uma relação de um país agredido e de um país agressor.

Neste sentido, é de saudar o papel da Câmara Municipal, em articulação com a Administração Central, as Uniões e a Junta de Freguesia, o Serviço de Proteção Civil e os parceiros locais, que criou uma estratégia de resposta às necessidades de alojamento, de emprego, de educação, de apoio social e de aprendizagem da língua portuguesa. Falamos de 81 camas no Caparica Sun Center, para o acolhimento temporário de emergência; falamos do acolhimento de 669 cidadãos ucranianos em articulação com o Alto Comissariado para as Migrações; falamos ainda, de mais 30 toneladas de bens enviados para a Polónia, sendo também demonstrativo daquela que é a vontade popular de uma grande e expressiva parte dos almadenses que se revê na solidariedade entre os povos promovida pela sua Câmara Municipal.

Mas os compromissos de Almada para as questões globais, não se limitam a esta importante intervenção, também na frente de combate às alterações climáticas, o Município avança, provando que, em esta como outras questões e em contraposição com posturas assumidas em governações passadas, a ação substitui-se à mera reivindicação e por isto fez bem a Câmara Municipal de Almada em lançar o Plano Climático Almada 2030. Considerando ser essencial pensar o território tendo em conta o reaproveitamento das águas, a mitigação das ilhas de calor urbanas, e as alterações da zona costeira. Uma medida essencial que revela ainda o planeamento e pensamento ao longo prazo desse executivo. Mas também e em especial, uma preocupação para com as atuais e futuras gerações de jovens, que são inegavelmente aqueles que estão sujeitos aos efeitos das alterações climáticas. E é esta postura de ação, de compromisso, e de entrega ao serviço público, que tem norteado a Câmara Municipal. Quando deixa de diabolizar as autoridades centrais, e deita por terra a ilusão de que existem vários estados, quando o Estado Português é só um, composto por vários atores, mas que cabe a todos, na sua respetiva dimensão e medida, servir o cidadão, encontrar soluções, responder às necessidades e procurar agir com respeito pelo princípio da cooperação leal entre as instituições públicas.

Este executivo Municipal, é a prova de que esta boa relação com as autoridades centrais resulta na melhoria da qualidade de vida do território. E são muitos exemplos ao longo deste Relatório.

Quando assume de forma responsável e calculadas competências para o Município da gestão da Bateria da Raposa e quando valoriza em articulação com ICNF, procurando criar um local estratégico de estacionamento, com mais Bombeiros em pré posicionamento, para prevenção dos incêndios florestais. Um desígnio de todos, pelo que faz bem esta Câmara Municipal, quando procura dignificar as nossas Corporações de Bombeiros, dotando-os de postos estratégicos, a pare de todos os apoios que este executivo já fortificou, mas que serão sempre insuficientes, face ao sacrifício e entrega que depositam no seu serviço público.

Na educação, quando em articulação com o Ministério da Educação, avançou com a grande empreitada de substituição de coberturas de amianto, na totalidade das escolas de Almada. E quando lançou a empreitada de extensão da Carlos Gargaté, como primeira resposta em Ensino Secundário na Charneca de Caparica, provando, mais uma vez, que além de novas competências assumidas na área da educação, este executivo municipal estará sempre na linha da frente para melhorar o serviço público em Almada. Uma palavra ainda relativa à transferência de competências, pelo brio e sentido de responsabilidade da Câmara Municipal de Almada, e dos seus trabalhadores, pelos esforços contínuos de assegurar que os novos 825 trabalhadores, outrora dos quadros do Ministério da Educação, se sentem incluídos e verdadeiramente integrados.

Na habitação, quando o Município deu passos concretos na resolução de uma pesada herança, de quem nunca quis verdadeiramente ser pró-ativo pela habitação em Almada. E por isso, e no âmbito da Estratégia Local de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

14

Habitação, foi lançado em 2022, o primeiro concurso para a construção de 95 fogos a custos controlados, um projeto que será faseado e inclui a construção de 4 lotes num investimento da Autarquia num valor de 864.000.00€ (oitocentos e sessenta e quatro mil euros).

E também quando aposta nos serviços públicos, nomeadamente, por via da sua posição exigente, ativa e cooperante com a Carris Metropolitana relativamente à necessidade de se corrigir e melhorar algumas carreiras, trajetos e frequências. Resultado de um processo participativo de um Município que sabe que a democracia se constrói todos os dias, com a participação e auscultação dos cidadãos, e que esta nunca estará reservada aos momentos eleitorais.

Se dúvidas houvessem sobre as mais valias destes processos participativos, dissipam-se naturalmente, quando os utentes sentem que a sua voz é ouvida e quando sentem no seu dia a dia, uma melhoria contínua de transporte público rodoviário que tem ainda certamente, espaço para melhorar.

O trabalho da Câmara Municipal, também se sente no espaço público e património municipal. Quando se termina a reabilitação do edifício dos Paços do Concelho e do Largo Luis de Camões, quando se constrói mais estacionamento e um novo parque canino no Parque da Paz, quando o Museu de Almada “As Covas” é reabilitado, quando se requalifica o Parque Infantil do Jardim dos Caranguejais, e se constrói um novo na rua dos Pinheiros na Herdade da Aroeira. Ou quando as famílias de Vila Nova de Caparica dispõem finalmente, de um espaço verde de qualidade perto das suas casas, provando que este executivo municipal em 2022, como o tem feito desde que tomou posse pela primeira vez em 2017, consegue o Concelho de Almada com um só território, procurando mitigar falhas de coesão territorial, resultado de uma governação que considerava que uma parte do Concelho poderia continuar marginalizada do investimento público.

O Município de Almada, com os destinos conduzidos pela Presidente Inês de Medeiros, continua a democratizar a cultura, por um lado, diversificando a oferta cultural, por outro dando apoio às manifestações culturais locais, das quais associações e coletividades são importantes e fundamentais para promotores e atores culturais.

Deste modo, destaca-se 39º Festival do Teatro de Almada que regressou ao seu formato habitual com peças e espetáculos ao ar livre, a exposição “Lugares e Olhares” com a envolvência de crianças de várias escolas do Concelho, Fest Sink um festival de pensamento que contou com um vasto leque de convidados nacionais e internacionais.

Por fim, e porque 2022 foi o Ano Europeu da Juventude, o Município prosseguiu o bom rumo das políticas de juventude. Depois de fazer cumprir a Lei do Conselho Municipal de Juventude, que foi expressamente violada pelos antigos executivos municipais, indo contra todas as boas práticas de inclusão e participação democrática dos jovens e por isto tenho que destacar também o relançamento e fortificação da Assembleia Municipal Jovem, que reúne jovens almadenses numa simulação do órgão que aqui nos encontramos, estes e outros projetos são fundamentais para impedir a propagação da ideologia do ódio e à ascensão da extrema direita saudosista. Porque a única solução para a democracia será sempre a democratização.

Muito mais haveria para dizer sobre o trabalho da Câmara Municipal de Almada, como também já referiu a Senhora Presidente, pelo que estamos certos que este é o projeto político que Almada precisa para continuar a se assumir cada vez mais como um Concelho e um território bom para se viver, estudar, trabalhar e descansar.

Senhor Presidente, para fazer uma interpelação à Mesa.

Assim como aconteceu na primeira vez que eu tomei posse na Assembleia de Freguesia, há um certo partido que tem a tendência a fazer discriminação etária. Eu não sou demasiado pequenino para saber que nada fizeram em Almada, aliás, se eu não sou do PCP, é porque eu sei precisamente que nos meus 25 anos de vida nada fizeram em Almada.”

6.4.5– O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O que nos vale enquanto seres humanos, é que a ignorância pode ser corrigida, através do conhecimento.

Eu vou tentar ajudar o Senhor Deputado Municipal João Eixa, a corrigir a sua ignorância. E dizendo-lhe o seguinte: 90% da habitação municipal foi construída entre 1976 e 2013, 90%. Não sou eu que o digo, é um documento que foi elaborado pela Câmara Municipal de Almada sob Presidência do Partido Socialista. 90% da habitação municipal.

O documento que estamos a discutir hoje, da Câmara Municipal, traduz pagamentos de empréstimos bancários contraídos pela Câmara Municipal de Almada para construção de habitação municipal, centenas de milhares de euros, está lá no documento que estamos a discutir hoje. São milhões de euros. Portanto, Senhor Deputado Municipal, só vai continuar a ser ignorante se quiser continuar a ser ignorante. Se não quiser pode aprender.

Em primeiro lugar, sejamos objetivos e pragmáticos.

O Relatório de execução e Conta de Gerência referente a um programa que mereceu pelas razões apontadas no momento da sua apresentação e discussão, a rejeição por parte da CDU, não pode obviamente, justificar agora um voto distinto que não o da idêntica rejeição.

Deixamos claro por isso, o sentido de voto será adotado pelo Grupo Municipal da CDU relativamente aos documentos de Prestação de Contas dos SMAS, será o voto contra.

Na leitura que fizemos dos documentos, podemos concluir sem grande dificuldade, que mesmo no quadro de um Plano de Atividades e um Orçamento manifestamente insuficientes e desadequados às reais necessidades do Concelho, nas áreas da responsabilidade dos SMAS, como denunciámos no momento da sua discussão e votação em finais de 2021, e execução final destes pobres objetivos, é ainda mais pobre do que o ponto de partida. Razão acrescida naturalmente, para a rejeição por parte da CDU.

Não temos memória, mas admitimos que possamos estar errados, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, terem alguma vez, na sua história de mais de 70 anos, apresentado um resultado operacional negativo no exercício de um ano. Mas, tal é o que sucede no exercício de 2022, agora escrutinado, com resultados gerados em 2022 a situarem-se num expressivos negativos 1.521.000.00€ (um milhão quinhentos e vinte e um mil euros) justificados no texto pela guerra na Ucrânia e pela taxa de inflação alegadamente resultante dessa realidade.

O diferencial entre a receita total e a despesa total registados, é igualmente negativo, com a receita total a atingir 26.800.000.00€ (vinte e seis milhões e oitocentos mil euros) e a despesa total a atingir 32.200.000.00€ (trinta e dois milhões e duzentos mil euros), um diferencial de menos 5.300.000.00€ (cinco milhões e trezentos mil euros). Tal realidade já se registara no exercício anterior, registando-se então um diferencial substancialmente menor de 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros).

Verificamos também que a despesa total dos SMAS, no exercício de 2022, apresenta um substancial aumento relativamente ao valor da despesa total realizada no anterior exercício, sendo superior em 5.700.000.00€ (cinco milhões e setecentos mil euros) correspondendo a 21,94% mais do que a despesa realizada em 2021. Este diferencial fica a dever-se, sabemos pelos documentos, essencialmente ao crescimento ao nível da despesa corrente que absorve 4.500.000.00€ (quatro milhões e quinhentos mil euros) daquele montante. Ou seja, 78,7% do desvio verificado.

Esta realidade foi já justificada na discussão destes documentos em sede de Câmara Municipal pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, essencialmente como resultado dos brutais aumentos dos custos com a energia registados ao longo do ano de 2022. No entanto, importa reter que a partir dos dados que nos são fornecidos neste Relatório, os SMAS de Almada ficaram ainda assim, longe de executar plenamente aquilo que haviam colocado em orçamento alguns meses antes do início da guerra na Ucrânia, e de se verificarem os aumentos nos custos da energia, tanto no que respeita à receita como no que respeita à despesa.



Na verdade, em dezembro de 2021, quando o Plano de Atividades e o Orçamento para o ano de 2022 foram votadas e aprovadas, antes de se refletirem os desequilíbrios provocados pela conjuntura internacional que entretanto se sobrepôs, os SMAS fizeram integrar uma previsão de realização ao nível da receita que se quedou no final do ano, em 91% do montante orçamentado e fizeram inscrever ao nível da despesa, uma previsão de realização que acabou por se situar no final do ano, em apenas 85% também do montante inicialmente orçamentado.

Facto que não pode deixar de nos confrontar com uma realidade indesmentível. Se não fosse a guerra e a inflação dela resultante, que se afirma num documento ter sido facto determinante, que condicionou e que justifica os resultados obtidos pelos SMAS, a execução da despesa tinha sido no final do exercício, ainda menor do que aquela que os números presentes nestes documentos nos revelam. O que atesta de forma cristalina a ineficiência da intervenção dos SMAS em 2022, mesmo considerando apenas a despesa na sua componente corrente.

Ao mesmo tempo, é particularmente importante verificar que a despesa de capital realizada atinge os 5.100.000.00€ (cinco milhões e cem mil euros) correspondente apenas a 77% do previsto no orçamento para o ano de 2022, revelando uma clara insuficiência relativamente à execução do necessário investimento em infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico no nosso Concelho.

Em síntese, este Relatório e Conta de Gerência traduz uma vez mais e como em anos anteriores, o forte desinvestimento em infraestruturas imprescindíveis a um serviço de qualidade prestado aos cidadãos, que caracteriza a opção política de gestão da atual maioria no poder em Almada desde 2017.

Face a esta realidade, reiterando que estamos a discutir iremos votar um documento que deve refletir a execução das opções de investimento, as quais à partida não correspondiam às exigências de investimento no Município, tendo em vista a satisfação das necessidades das populações, ainda assim revelando com cristalina transparência uma preocupante incapacidade e ineficiência ao nível da concretização daquelas opções já de si insuficientes, o voto do Grupo Municipal da CDU, não poderá ser outro que não o da rejeição dos documentos em apreciação.”

6.4.6 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tal como em anos anteriores, a apreciação do Relatório e Contas da Câmara Municipal, não nos traz nada de novo. De um orçamento inicial para esta ano que seria o maior de sempre e em que tudo e mais umas botas iria finalmente ser feito, pouco se concretizou e quase tudo passou uma vez mais para os anos seguintes.

É verdade que o orçamento municipal tem crescido nos últimos anos em termos absolutos, bem visível no aumento das despesas com pessoal, mas não tem sido pelo maior dinamismo do Município. Não! Disso não se pode orgulhar o executivo do PS em Almada. Esse crescimento tem resultado apenas, da forma irresponsável como o PS se tem vindo a aceitar as transferências de competências que o Governo Central lhe tem vindo a propor.

Sem querermos ser maçadores com muitos números e confirmando aquilo que temos reafirmado ao longo dos últimos 5 anos, orçamentaram 160.000.000.00€ (cento e sessenta milhões de euros), de despesa para 2022, mas a despesa efetiva foi de 127.000.000.00€ (cento e vinte e sete milhões de euros). O nível de execução global de 79% apenas. Em linha com o nível médio de execução anual desde que o PS assumiu a Presidência da Câmara Municipal.

Este permanente desvio, é tanto mais grave quanto ele é bem mais acentuado nas despesas de investimento, fundamentais para melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes, ao nível da habitação, da educação, dos equipamentos sociais, culturais e desportivos, a que todos devemos ter acesso.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Nas despesas de investimento executadas pelo Município, vejam só, esse nível de execução foi de apenas 56,7%. Cinco orçamentos municipais e respetivos relatórios e contas, em que sistematicamente aquilo que se orçamenta não é executado, e quando é executado sabe-se lá como, força-nos a concluir que estamos perante não apenas, uma incapacidade crónica de se cumprir o que se promete, mas mais do que isso, por um enorme desrespeito pelos cidadãos do nosso Concelho.

Por norma, esta Câmara Municipal investe metade daquilo que promete e orçamenta, para cada ano, apesar daquilo que orçamenta ser já muito pouco para as necessidades dos nossos munícipes.

Tudo isto é bem visível nas mais variadas rubricas do Plano Plurianual de Investimentos, em que muitos casos os níveis de execução são inferiores a 50%. Alguns exemplos da execução do PPI de 2022, ilustraram muito bem tudo aquilo que afirmamos.

Aquisição e construção de habitação social em 2022. Previram inicialmente um investimento de 8.700.000.00€ (oito milhões e setecentos mil euros). Corrigiram depois durante o ano essa previsão para 1.300.000.00€ (um milhão e trezentos mil euros). E nem assim acertaram. Acabaram o ano a executar apenas 477.000.00€ (quatrocentos e setenta e set mil euros). Ou seja, executaram apenas 5,5% do que tinham previsto no orçamento inicial.

Recuperação e conservação habitacional. Outro programa, que inclui o apoio à reabilitação urbana e recuperação de imóveis privados e o programa de requalificação e manutenção do Parque Habitacional atual do Município. Previram inicialmente para estes investimentos, 6.600.000.00€ (seis milhões e seiscentos mil euros), corrigiram durante o ano essa previsão para 1.300.000.00€ (um milhão e trezentos mil euros) e acabam por executar apenas 826.000.00€ (oitocentos e vinte e seis mil euros). Ou seja, executaram 12,6% do que previram inicialmente.

Ampliação da rede pré-escolar, de que todos falamos de que é tão importante. O Jardim Infantil da Ramalha, previram gastar 10.000.00€ (dez mil euros), acabaram por não gastar nada.

Reparações em edifícios escolares. Previram 396.000.00€ (trezentos e noventa e seis mil euros). Executaram apenas 160.000.00€ (cento e sessenta mil euros).

Ampliação e requalificação da Escola Básica Maria Rosa Colaço. Previram gastar 316.000.00€ (trezentos e dezasseis mil euros), gastaram apenas 110.000.00€ (cento e dez mil euros), 35% do que previram.

A esta hora nota-se arrasta-se de ano para ano, em prejuízo dos professores e dos alunos há vários anos, a terem aulas provisoriamente em contentores.

Reabilitação de refeitórios escolares. Previram gastar pouco, apenas 65.000.00€ (sessenta e cinco mil euros), mas sabem quanto gastaram? 183.00€ (cento e oitenta e três euros).

Criação de valências sociais, previram gastar 705.000.00€ (setecentos e cinco mil euros), mas gastaram apenas 6.000.00€ (seis mil euros).

Projetos de planeamento urbanístico, previram gastar 590.000.00€ (quinhentos e noventa mil euros), gastaram apenas 219.000.00€ (duzentos e dezanove mil euros).

Em projetos diversos, não se diz quais, enquanto que o PDM, para aí orçamentaram 40.000.00€ (quarenta mil euros) e nada gastaram.

O mesmo aconteceu aliás, com a estrutura ecológica municipal, tão preocupados que eles estão com o ambiente, que tinham orçamentados 23.000.00€ (vinte e três mil euros) e nada foi feito.

Projeto do Centro de bem-estar animal, tanto que eles gostam dos animais, tinham um orçamentado 91.000.00€ (noventa e um mil euros), mas nada avanço.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7/2

Projeto de Construção e manutenção das Piscinas Municipais, previu-se gastar 561.000.00€ (quinhentos e sessenta e um mil euros), ficou-se pela execução de 123.000.00€ (cento e vinte e três mil euros), entretanto as piscinas da Charneca de Caparica permanecem encerradas desde o final do mandato 2017/2021. As piscinas do Feijó estão encerradas agora com um surto de Legionella, o 2º em menos de um ano, aliás, e os seus utentes têm de se deslocar para as piscinas da Caparica e da Sobreda, e as piscinas da Sobreda já encerraram por curtos períodos de tempo, e funcionam agora, com algumas limitações, mas vão funcionando.

Requalificação da Avenida do Mar e envolventes, previu-se executar 3.000.000.00€ (três milhões de euros), executaram 666.000.00€ (seiscentos e sessenta e seis mil euros).

E muitos outros exemplos poderíamos apresentar ainda, da incapacidade de programar e executar demonstradas por este executivo PS, ao longo de 2022 e dos anos anteriores.

Dirão alguns, que se é claro o atraso na implementação de algumas obras e projetos prometidos, com mais ou menos atraso, eles vão surgindo no terreno, mas nem isso é verdade. Porque aquilo a que vimos assistindo com essas obras entretanto concluídas, é que depois de terem demorado tempo a irem para o terreno, percebe-se agora que nos seus projetos, foram ignorados os chamados serviços afetados. Aquilo que lá está por baixo, que às vezes é preciso intervir antes de pôr o alcatrão. E por isso mesmo, assistimos agora à implosão da rotunda do Texugo, porque quando se pavimentou aquele troço não se acautelou a necessidade de substituir a conduta que por ali passava. A preocupação era mandar abaixo aquela 1ª escola que lá estava da república.

Da mesma forma que assistimos às constantes ruturas na Estrada Nacional 377, e da mesma forma que a obra da Avenida do Mar tem problemas porque o projeto que implementaram não server e agora como sempre acontece quando os projetos são maus e o empreiteiro já está no terreno, espreitam e de que maneira trabalhos a mais. Bem avisamos, mas para o PS, tudo o que vinha de trás era mau, ignoraram-se os avisos e agora somos todos nós munícipes que pagamos.

Entretanto o tempo passa e as suas verdadeira promessas, aquelas com que encheram a boca em campanhas eleitorais, da resolução dos problemas de habitação, para os muitos jovens que sofrem para terem o seu próprio teto e para os muitos cidadãos que vivem em habitações precárias, da implementação dos planos da urbanização da Cidade da Água e do Ginjal, do MST à Costa da Caparica, do Innovation District, reparem, tivemos que ir buscar uma palavra em inglês porque não havia palavras portuguesas que tivessem a profundidade deste projeto, da resolução dos problemas da mobilidades no interior do Concelho e no acesso a Lisboa. Não se vê ao fim destes quase 6 anos, luz ao fundo do túnel.

Aliás, sobre esta última matéria, todos nos lembramos o desastre que foi a intervenção deste executivo no início do verão passado, quando ignorando as dinâmicas de deslocções dos nossos munícipes nas suas viagens pendulares casa emprego, emprego casa, acabou com um conjunto enorme de carreiras de transportes públicos e criou outra sem qualquer sentido, o que levou à quase paralisação do Concelho, ao levantamento das populações, à convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária, e à intervenção da Autoridade Metropolitana de Transportes em sua salvação. Um desastre autêntico, que só o desconhecimento da realidade diária da vida dos nossos munícipes justificou.

Voltando à execução orçamental de 2022, o que salvou a alma do Convento, foi a execução da despesa corrente que atingiu 86%, o orçamentado e em que felizmente a inação do executivo municipal, menos se faz sentir.

Para além desta apreciação geral muito negativa que fazemos deste Relatório e Contas, não podemos ainda deixar de questionar o seguinte porque nos parece relevante: o executivo municipal confirma neste Relatório e Contas, uma despesa de devolução de IRS que atingiu em 2022, os 4.100.000.00€ (quatro milhões e cem mil euros). Ou seja, 40%, mais do que investiu em educação em 2022, ou três vezes mais do que todo o investimento efetuado este ano em habitação, os quais foram entregues aos agregados familiares que foram coletados em sede de IRS em 2021, de forma crescente com o rendimento declarado. É bom que se diga que grande parte dos munícipes não entregam sequer IRS, não têm rendimentos para entregar IRS.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Solicitamos através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal à Câmara Municipal, em final de dezembro do ano passado, informação sobre a forma como esta receita fiscal do Município foi devolvida as munícipes deste Concelho. Nomeadamente, quantos foram os agregados familiares que beneficiaram desta devolução e quais foram as devoluções médias efetuadas por escalão de devolução? Mas até hoje não obtivemos qualquer resposta, Senhor Presidente, gostaríamos de ser informados sobre em que estado está a resposta a este nosso pedido. Já lá vão quase 5 meses. O executivo municipal confirma também, nos documentos que acompanham o Relatório e Contas de 2022, que gastaram neste ano com o Plano Municipal de Erradicação da Pobreza, 608.000.00€ (seiscentos e oito mil euros). Embora tenham orçamentado 848.000.00€ (oitocentos e quarenta e oito mil euros), e que gastou com o Plano de Contingência COVID, 110.000.00€ (cento e dez mil euros).

Sem colocar a importância e o significado que os momentos festivos como o Natal, e a passagem de ano, que sem dúvida assumem na nossa vida coletiva, e a importância de os assinalar devidamente no quotidiano do Concelho, não podemos deixar de comparar o que foi gasto com a erradicação da pobreza e o Plano de Contingência do COVID, com a informação conhecida sobre o dinheiro gasto com as iluminações de Natal e o custo com os espetáculos musicais, que se efetuaram naqueles pouco mais de 15 dias, na tendo do Natal montada na Praça da Liberdade. Que rondou 1.000.000.00€ (um milhão de euros). Fácil é concluir qual é a escala de prioridades do atual executivo municipal. As palavras faltam-me perante estes factos, pelo absurdo que tudo isto encerra.

O Relatório e Contas 2022, confirma também, que a incapacidade de gestão deste Município por parte do PS, levou nestes últimos 5 anos, a que se acumulassem nos seus cofres, em caixa cerca de 60.000.000.00€ (sessenta milhões de euros), que são grosso modo, o resultado da sua incapacidade de investir e gerir, enquanto os problemas crescem no tecido social e económico do nosso Concelho.

O Relatório e Contas de 2022, que estamos a apreciar, na linha de documentos anteriores espelha a incapacidade e a insensibilidade de o executivo do PS em Almada, para fazer face aos desafios e muitos problemas que o nosso Concelho enfrenta.

Podíamos ainda referir a barbaridade que constituem para os munícipes almadenses, num período de elevadíssima inflação, os aumentos agora aprovados para as tarifas de água e saneamento, bem acima dos 10%. E das taxas, tarifas praticadas pela Câmara Municipal 9,1%, estas aqui claramente ilegais. Mas voltaremos a estes temas.

Colocados perante a disponibilidade atual e nos anos mais próximos, de um montante de recursos financeiros comunitários, como nunca antes tivemos, o prolongamento da incapacidade demonstrada pelo atual executivo, pelos próximos anos, é bom que todas estejamos cientes disso e é bom que desde já todas as forças políticas no poder PS e PSD, e na oposição, estejam cientes dessa responsabilidade.

Este será o grande desafio que o nosso Concelho enfrentará nos próximos anos e a apreciação que fazemos nos últimos 5 anos, não augura nada de bom para Almada e para os almadenses.

A resolução de muitos dos problemas locais que enfrentamos, exigem uma outra qualidade de intervenção, um outro empenho e uma proximidade com os interesses das populações e dos trabalhadores da Autarquia, que este executivo tem demonstrado não ter e talvez mais grave do que isso, nem sequer ambiciona ter."

6.4.7 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Amorim Matias (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vimos aqui há pouco assistir a uma narrativa que tem 5 anos e quero lhe dizer uma coisa Senhora Presidente, é fantástico durante 5 anos, e o trabalho de 5 anos desta Vereação, dos Diretores Municipais, Chefes de Divisão, Diretores de Departamento, trabalhadores da Câmara Municipal, com tantos documentos ao longo dos anos, não há uma virtude em nenhum documento que veio aqui ser avaliado nesta Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7/2

Durante 5 anos o Partido Comunista, não encontrou uma única virtude naquilo que é o seu trabalho, da sua Vereação, dos Diretores Municipais, dos Diretores de Departamento, dos Chefes de Divisão, dos Trabalhadores, dos Encarregados, não há uma virtude. Cinco anos que somos o Município da desgraça.

Mas isto é uma narrativa que já é repetida, isto são construções que vão sendo feitas ao longo do tempo, mas deixe-me dizer-lhe uma outra coisa que eu acho que é importante, e que é uma estratégia que eu adotei na minha Junta de Freguesia. Sempre que o Partido Comunista, vota contra um documento eu tenho a certeza que estou no bom caminho, sempre que vota a favor eu fico logo desconfiado, o que é que eu estou a fazer mal? Portanto, esta tem que ser a estratégia. Portanto, não tenha medo, se estão a votar contra é porque está no bom caminho, com certeza que este documento está bem valorizado.

O que é que nós temos aqui no Relatório de Contas de 2022? É verdade que a Câmara Municipal de Almada e muito bem, tem-se vindo a afirmar no contexto da Área Metropolitana de Lisboa e isso é muito importante, a visibilidade que nós temos hoje nada tem a ver com o passado, a Senhora tem feito um trabalho imenso e hoje Almada é uma cidade olhada completamente diferente e um Concelho completamente diferente

E quero aqui dar nota de algumas intervenções que fez, algumas áreas que são importantes, e que me parece que estão a valorizar e vão valorizar em 2022, e que estão a lançar para 2023, um conjunto de obras e de infraestruturas que são importantes no Concelho.

Falou há pouco, que foi lançado as 156 habitações de arrendamento acessível no Monte de Caparica. Muito importante, porque nós temos um problema de habitação que vem desde 1995, estes senhores, com o PER, demoraram 15 anos a fazer o PER e só executaram em 60%. Portanto, o problema da habitação em Almada, foi criado por estes senhores. Portanto, hoje, lançar políticas de habitação públicas, quando são abandonadas como foram abandonadas em 1995, demoram anos a serem lançadas. Isto não nasce do céu, isto não cai do céu. Portanto, está muito bem, vamos continuar a trabalhar.

Depois, falou aqui também na desmaterialização da documentação no urbanismo, sabe porque é em papel Senhora Presidente? Porque é uma espécie de sovietação tudo em formato papel. Portanto, está no ADN, não volta a dar, faz parte do ADN.

Depois, todo o investimento que vai fazer, cerca de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros) no antigo edifício da EDP, que é muito importante, requalificar no Centro da Cidade, devolve-lo à cidade, colocar ali pessoas a trabalhar e valorizar toda a envolvente, a rua de Olivença, o Mercado, é importante que continue com esse projeto.

Depois queria falar também aqui na realização dos Paços do Concelho que a Senhora fez e que estavam num estado que todos sabemos.

E agora dar nota da requalificação da Avenida do Mar. A Avenida do Mar era uma picada, porque provavelmente em países do terceiro mundo não existiam. E os senhores vêm aqui dizer que a Avenida do Mar é um erro. Mas nas eleições de 2025 vamos ver quem é que tem razão, se é a Senhora ou os Senhores deste partido, vamos ver.

Depois a Estrada Florestal, também durante anos abandonada a Senhora Conseguiu que ela fosse requalificada, foi transferida para a esfera da Câmara Municipal e foi requalificada.

O Secundário da Carlos Gargaté, durante 41 anos estiveram na Câmara Municipal, não conseguiram fazer um polo secundário era da competência do Ministério da Educação, na sua altura também era, mas a Senhora conseguiu chegar a um acordo com o Ministério da Educação e fez a Escola.

E depois queria aqui lembrar alguns equipamentos desportivos em Almada, que foram realizados durante muitos anos. E vou dar aqui alguns exemplos. Cinco Piscinas Municipais, nenhuma tem as medidas para se fazer uma prova oficial, nenhuma, falta meio metro, ou falta um metro.

A Pista de Atletismo também não é possível fazer lá nada, porque só tem 6 faixas em vez de oito.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Fomos à CCDR mais o Senhor Vereador, nem está registada, não há registo, é um equipamento que não existe na CCDR, é um documento fantasma que caiu ali, caiu do céu.

Depois, Estado Municipal em Almada, que não é um Estádio, é um Campo de Futebol, fizeram um Campo de Futebol e chamaram-lhe um Estádio, não há jogos seniores porque não tem cinco mil lugares.

Há um conjunto de infraestruturas em Almada, que ou não estão completas ou não servem, só servem em parte.

Eu só queria dar nota também relativamente aos SMAS. As infraestruturas dos SMAS, os SMAS é uma empresa importante no Concelho de Almada, tem um conjunto de equipamentos de saneamento, de abastecimento de água, é uma infraestrutura importante, como se vê agora no caso da Ucrânia, onde um criminoso com o Senhor Putin, que os Senhores apoiam, está a destruir as infraestruturas da água, da luz. E dizer que, os SMAS durante anos, em 2013 o Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas era o Presidente da Câmara Municipal, pediram um empréstimo para fazer obras de monta em Almada Velha, ainda hoje estamos à espera das obras. Não fizeram nada. Quatro anos, zero.

E depois os indicadores financeiros dos SMAS, em 2013, os resultados líquidos dos SMAS foram de 1.152.00000€ (um milhão cento e cinquenta e dois mil euros) negativos em 2013. 2017, quando nós chegamos cá, 3.189.000.00€ (três milhões cento e oitenta e nove mil euros) negativos. E a atual gestão dos SMAS com o problema da guerra, com o aumento do custo da energia 1.521.000.00€ (um milhão quinhentos e vinte e um mil euros). Quando vêm aqui dizer que os SMAS no tempo da outra senhora que funcionavam bem, não funcionavam. Tiveram muitos problemas, inclusive, abandonaram toda a infraestrutura em Almada, que hoje está como dizia o Senhor Deputado e muito bem, na 377, em todo o lado, a 10/1, está ao abandono, nunca lá gastaram um euro. Portanto, a infraestrutura está enterrada, nunca lá gastaram nada, eu gostava de saber o que é que andaram a fazer ao dinheiro, em particular aquele empréstimo que fizeram para reparar todas as condutas de Almada Velha.

Portanto, e tinha aqui mais umas coisas, mas se for necessário intervenho a seguir.”

6.4.8 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

São apenas umas notas breves, suscitadas pela intervenção anterior.

Primeiro congratular-me, mas congratular-me mesmo. Este Senhor que vocês estiveram aqui a ouvir antes de mim, Senhor Deputado, como eu, andou não sei quantos anos a dizer que nós não construímos habitação. Agora vem dizer aqui, que executamos 70% do PER, afinal construímos habitação.

Agora, outra questão. A história do papel que havia no urbanismo, de que agora acabaram com o papel. Eu vou vos contar uma história que me foi contada por quem estava na área das obras municipais, que lançava as empreitadas em 2017, que eu conhecia pelo facto, de lá ter passado anos antes. O que é me disseram? Em 2017, em Almada, existia um sistema informático, existia um software em que todas as empreitadas que eram lançadas neste Concelho, não havia papel, era ali que se colocavam os elementos todos. O que é que aconteceu? Com a chegada da linda rosa ao Concelho de Almada, acabou-se com o software. Passaram-se a meter informações a papel, as empreitadas são aquilo que vocês agora vêm. Antes tínhamos um software que só havia idêntico na Câmara Municipal do Porto, neste momento, é à mão, tira-se papel, poe-se informação, é que dá muito jeito, sabem? Dá muito jeito.

Isto foi em 2017, e muito daquilo que está a acontecer com as empreitadas, que não se fazem, que se lançam mal, que enfim, temos o problema que temos, que nos afeta a todos.

É bom que a gente tenha a noção de que o Município está a ser altamente prejudicado. E porque é que isto acontece? Porque toda a estrutura que existia e que era de primeira água no lançamento e acompanhamento de empreitadas, não servia, havia melhores, vejam o que é que lá têm hoje.



Outra nota, a propósito da Pista de Atletismo que nem a CCDR, como é que é possível dizer-se uma coisa destas, quando aquela Pista de Atletismo teve financiamento comunitário? Vocês acham que a União Europeia financia provas ilegais? Isto não é assim uma coisa dita avulso, sem sentido nenhum. A obra teve financiamento comunitário, a obra tem as condições que tem, não é uma pista obviamente, olímpica, mas foi a primeira pista construída a Sul de Lisboa, foi aquela, nas condições que pudemos. A nossa preocupação na altura era responder às necessidades locais e próximas. Não somos megalómanos. O mesmo acontece com as piscinas. As piscinas não dão para provas? As piscinas têm é que dar é para as pessoas fazerem natação, como fazem hoje muitos homens e mulheres, nas nossas piscinas e que estão a ser extremamente prejudicados com o abandono a que foram deixadas as piscinas. Eu posso dizer-lo porque eu utilizo as piscinas. Eu ouço as pessoas, eu sei a vergonha que é o que está a acontecer com as piscinas municipais. Isto prova bem aquilo que interessa ao atual executivo o bem-estar da nossa população, há dezenas e dezenas de pessoas que neste momento se deslocam de Almada para a Sobreda para irem para a hidroginástica, têm de ir para a Caparica, porque Almada tem o problema que tem. Como acontece ali aconteceu na Charneca de Caparica. Há quanto tempo temos as piscinas da Charneca fechadas? Houve um problema, está bem, seis meses, um ano, mas já lá vai quanto tempo? Querem que a gente diga que isto é o quê? É capacidade de execução? Não se enxergam? Mexam-se, façam o trabalho, resolvam os problemas da população, que é para isso que as pessoas são eleitas. Eu ouço as pessoas de manhã a protestarem porque os chuveiros não funcionam ou deitam pouca água, porque um dia a água está fria. Equipamentos daqueles têm que ter manutenção permanente. Não podemos andar a dormir, que é isso que tem acontecido até agora. É uma falta de respeito pelos nossos municípios, é isto. E ao dizê-lo, não estou a dizê-lo por mim, sei que estou a transmitir o sentimento de centenas e centenas de pessoas que utilizam os nossos equipamentos. Alterem as coisas, façam aquilo que têm que fazer.”

6.4.9 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A leitura do Relatório e Conta de Gerência da WEMOB, relativos ao ano de 2022, suscita-nos algumas questões que consideramos relevantes e que passamos a enumerar.

Uma das questões mais importante e significativa que este relatório nos revela prende-se com o investimento. O desvio negativo neste domínio atinge 84% superior ao ano transato.

Dos 322.733.00€ (trezentos e vinte e dois mil setecentos e trinta e três euros), orçamentados para investimento, foi realizado apenas um montante de 52.539.00€ (cinquenta e dois mil e quinhentos e trinta e nove euros), em 2022. Entre outras obras ficou por realizar a conclusão das obras dos parques de estacionamento das praias da Morena e da Sereia, já programadas para o ano de 2021.

Se em 2021 a pandemia pôde justificar algumas obras que ficaram pelo caminho, a mesma justificação não se pode aceitar para o ano de 2022, já que Portugal entrou na fase de endemia nos primeiros meses de 2022.

Relativamente aos parques de estacionamento ao ar livre, registamos o baixíssimo rendimento do Parque de Estacionamento do Parque da Paz, 839.00€ (oitocentos e trinta e nove euros). Será o momento de avaliar se o objetivo que presidiu à construção deste parque de estacionamento deve ser reavaliado? Este parque de estacionamento situa-se numa zona de interface, Metro Sul do Tejo para Pragal e Cacilhas e Carris Metropolitana para Lisboa. A existência de parques dissuasores afigura-se fundamental numa zona com estas características. Este parque de estacionamento poderia ser utilizado também com este objetivo, disponibilizando lugares a quem diariamente necessita deixar a sua viatura no Centro Sul, ainda que pudesse prever a reserva de lugares destinados aos utentes do Parque da Paz.

No que respeita à rubrica coimas, verificamos um aumento de 21%, perguntamos se a WEMOB privilegia a punição em vez de uma prática didática de sensibilização dos automobilistas. Aquilo que ouvimos numa expressão popular a boca cheia, é que Almada está em curso uma verdadeira caça à multa.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Relativamente aos gastos com pessoal regista-se um gasto resultante de processos judiciais que totaliza 17.954.00€ (dezassete mil novecentos e cinquenta e quatro euros), um montante superior em 2.950.00€ (dois mil novecentos e cinquenta euros) se comparado com o ano de 2021.

Solicitamos esclarecimento sobre a que se referem estes processos judiciais.

Relativamente ao quadro de pessoal o Relatório informa-nos que é composto por 115 trabalhadores sendo que 88 estão integrados no quadro de pessoal permanente, um tem contrato a termo, dois estão Comissão de Serviço, um em nomeação e 23 com contrato de trabalho a termo certo, número que representa 20% do total dos trabalhadores.

Solicitamos informação sobre as tarefas que são desempenhadas pelos trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo, pois ao que conhecemos, apenas na época balnear entre maio e setembro, se poderá justificar a contratação de trabalhadores a termo certo.”

7 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Segunda Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Terceira Reunião, prevista para 28 de abril, pelas 20H30.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, dos/as Senhores/as Vereadores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Francisca Parreira, Gabriel Machado da Rosa, Miguel Salvado, Maria das Dores Meira, António Matos, Helena Azinheira, Mara Rita Martins e Joana Mortágua.

9 – Foi verificada a presença de cerca de vinte munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 – Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA